



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA - ALTA FLORESTA D'OESTE.

OBJETIVO: Discutir a necessidade de atualização do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia.

EM: 24.04.2025

INÍCIO: 9h14min

PRESIDENTE: SR. ISMAEL CRISPIN

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Boa Tarde. Sejam todos bem-vindos. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, por intermédio da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, atendendo ao Requerimento nº 1734/25, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Ismael Crispin, Presidente da Comissão de

Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, após aprovação em plenário, realiza Audiência Pública com o Objetivo de discutir a necessidade de atualização do Zoneamento Socioeconômico do Estado de Rondônia.

Neste momento passaremos a compor a Mesa desta Audiência Pública. Eu já convido para tomar assentos nos seus respectivos lugares o Excelentíssimo Senhor Deputado Ismael Crispin, proponente desta Audiência Pública e Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Convido ainda a Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Dr^a Taíssa, Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

O Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Delegado Lucas, membro da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Convido o Excelentíssimo Senhor Marco Antônio Lagos, Secretário de Estado de Desenvolvimento Ambiental - Sedam.

Convido o Excelentíssimo Senhor Robson Ugolini, Vice-Prefeito do Município de Alta Floresta D'Oeste.

Convido ainda o Excelentíssimo Senhor Natã Soares, Presidente da Câmara Municipal de Alta Floresta.

Senhora Albertina Marangoni, Supervisora da Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia - Emater/RO.

A Mesa pode se assentar. E neste momento o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Ismael Crispin, Presidente da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, fará a abertura desta Audiência Pública.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito bom dia a todos. Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense declaro aberta esta Audiência Pública com objetivo de discutir a necessidade de atualização do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Senhoras e senhores, estando a Mesa composta, convido todos para que, em posição de respeito, cantarmos o Hino "Céus de Rondônia (Letra de Joaquim de Araújo Lima e Música do Dr. José de Mello e Silva).

(Execução do Hino "Céus de Rondônia")

Podeis assentar. Agradecemos e registramos a presença do Senhor Emerson Souza Castilho, representando a Secretaria Municipal de Educação - Semed. Agradecemos a senhora Débora Rosa, Engenheira Florestal, representando os produtores rurais. O Senhor Levi da Silva, representando a Associação Empresarial de Pimenta Bueno. O senhor Rildo Aparecido Damasceno, representando o Distrito de Izidolândia. Ainda o Senhor Devanil de Souza, gerente local do Município de Alta Floresta. Danilo Fontana, representando a Polícia Civil no Município de Santa Luzia. Alex Pinto da Vitória, Secretário de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente do Município de São Felipe.

Agradecemos o senhor Nildinei Titz Rasch, Presidente da Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Coqueiro Azul - Asprocraz. Agradecemos à Senhora Josiane Oliveira, representando a Secretaria Municipal de Educação - Semed, do Município de Alta Floresta. Agradecemos ao Senhor Denair

Pedro da Silva, Prefeito do Município de Alto Alegre dos Parecis. O Senhor Pedro Rack, representante da Rical.

Agradecemos ainda Lenoir Antonio Serraglio, Secretário Municipal de Agricultura do Município de Alta Floresta. Ademar Eggert, representando a Cooperativa Cooperalta. Agradecemos a Tiago Martins Representando a Federação da Agricultura e Pecuária - Saperon, no Município de Porto Velho. Jamile Siqueira Mendes, Secretária de Meio Ambiente do Município de Nova Brasilândia D'Oeste.

Neste momento, retornamos a palavra ao Deputado Estadual Ismael Crispin, Presidente da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para conduzir a presente Audiência Pública.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Senhoras e senhores, muito bom dia a todos, sejam muito bem-vindos. Casa cheia, tem algumas cadeiras vazias aqui na frente, tem muita gente em pé lá atrás. Pelo menos dá para ocupar mais uns dois ou três assentos aqui. Quero que os senhores fiquem muito à vontade no dia de hoje.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar aqui a Deputada Dr^a Taíssa, que é a nossa Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente, o Deputado Delegado Lucas, nosso Secretário de Desenvolvimento, nossa Sedam, o Secretário Marco Antônio Lago, o Vice-Prefeito aqui do Município de Alta Floresta D'Oeste, Robson Ugolini.

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no seu nome, cumprimentar todos os vereadores que aqui estão presentes, Vereador Natã Soares, e a representante aqui da nossa Emater Rondônia, que representa, nesse ato aqui, o

Presidente Luciano Brandão; a Senhora Albertina Marangoni. Sejam todos bem-vindos.

Trago ao povo de Alta Floresta um abraço do querido amigo e deputado muito atuante, Deputado Ezequiel Neiva. Estou sendo informado aqui da chegada, da presença, do nosso Secretário de Estado de Agricultura, Secretário Luiz Paulo. Já vou convidar, por favor, um assento aqui, convidar para sentar conosco à Mesa o Secretário Luiz Paulo.

O Prefeito de Alta Alegre, o senhor Dena (Denair da Silva), não recorro o terceiro citado, mas cumprimento. Sejam bem-vindos. É importante suas presenças. Assim como cumprimento o Prefeito Marcondes de Carvalho, do Município de Parecis, nosso amigo. Sabe da importância desse momento. Por isso está aqui.

Cumprimentadas as autoridades, passar aos senhores o propósito desse momento, aqui, hoje. Em 2020 e 2021, nós tivemos uma discussão sobre essa aproximação e atualização do zoneamento socioeconômico e ecológico de Rondônia e infelizmente, naquele momento, não logramos êxito.

Veio passando o tempo, passando o tempo, nós fizemos uma conversa e é preciso fazer esse registro com o senhor Governador do Estado, Marcos Rocha, e que manifestou o interesse de a gente trazer de volta essa discussão, e é por isso que nós estamos aqui. Mas essa é uma discussão que só vai adiante se as pessoas que têm interesse se manifestarem e dizerem: "Olha, nós temos interesse nessa pauta".

Por isso, nós da Comissão de Meio Ambiente fizemos uma proposição, por através de Requerimento, da intenção de realizar algumas audiências públicas no Estado de Rondônia. Naturalmente, nós não conseguiríamos realizar uma em cada município, prefeito Marcondes. Por isso, nós escolhemos algumas cidades consideradas polos, para que os outros

municípios pudessem se congregar. Entre elas, está Alta Floresta D'Oeste, que hoje recebe aqui Parecis, recebe Alto Alegre, recebe Rolim de Moura, recebe Novo Horizonte, e assim vai.

A primeira reunião, lá no Município de Cerejeiras, congregamos todo o Cone Sul e a intenção da Comissão de Meio Ambiente é mais ouvir do que falar, é ouvir quem tem interesse. Nós estamos para os senhores como um instrumento de verbalizar, de materializar o interesse da sociedade rondoniense nesse tema que é tão importante.

Dito isso, eu vou explicar para vocês a dinâmica que nós vamos usar aqui no dia de hoje para tentar ser célere, não cansar os senhores, mas ser muito objetivo no que nós pretendemos. Nós vamos ouvir aqui de início duas falas. A Doutora Débora Rosa, que é engenheira florestal e fez um estudo sobre aquela proposta lá de 2020, vai trazer um comentário para os senhores, para que todos possam entender o que nós estamos de fato buscando.

E depois nós vamos ouvir a Sedam. Vamos ouvir o nosso Secretário Marco Antônio Lagos, que faz, nesse momento aqui, uma fala também muito rápida, mais acentuada ao tema, e depois, no momento de fala das autoridades, vai falar com uma autoridade também.

Depois desse momento de fala desses dois técnicos, nós vamos abrir para a comunidade. E eu vou pedir, cadê o nosso Cerimonial? Deixa eu pedir socorro aqui. Está aqui, essa moça de preto, tem mais um pelo menos para ajudar? Então, enquanto a fala vai acontecendo, quem tem interesse de fala, dê um sinalzinho, que a moça vai aí, vai pegar o nome e depois a gente vai abrir as falas e eu vou chamando.

A minha vontade é ouvir, e a vontade da Comissão é ouvir o número máximo possível. É natural não conseguir ouvir

todos, nós compreendemos isso, mas nós vamos tentar ouvir o máximo possível para esta reunião aqui. Quero pedir àquelas pessoas que farão uso da fala, que farão encaminhamentos nesse momento, que quando pegar o microfone, por gentileza, se identifique. "Meu nome é Ismael Crispin Dias." Por que isso? Porque tudo que nós estamos fazendo aqui, está aqui a Taquigrafia, tudo o que acontece no dia de hoje é registrado em Ata, por isso lá na entrada tem um livro de assinatura de presença dos senhores. É documento.

É um trabalho que nós estamos fazendo para, lá na frente, ter condições de materializar tudo o que nós estamos fazendo. Os meninos da mídia estão aqui filmando, então, tudo registrado. E aí eu preciso que essas pessoas que vão fazer uso da fala, por gentileza, nesse momento, vão se identificar.

Quero render aqui os agradecimentos ao Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Alex Redano. Sem o esforço e o apoio para que toda a logística pudesse acontecer, é impossível a gente realizar trabalhos como esse. Você tem todo um deslocamento. Agradecer aos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia que estão aqui conosco e que fazem um belíssimo trabalho nos apoiando, para que a gente tenha a condição de entregar à sociedade um bom trabalho. Então, o nosso reconhecimento ao apoio do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Antes da fala dos técnicos aqui, registrar a presença do Renato Krause, Gerente da Agência do Sicoob. Do Prefeito de Marcondes, já fiz o registro, do município pujante de Parecis.

Então, neste momento, a gente começa de fato a dar corpo a nossa Audiência Pública. Vou convidar a Doutora Débora Rosa, que vai fazer uma apresentação. Quero pedir a atenção

dos senhores, esse é um momento muito importante, até para a gente ir criando convicção da importância do tema que nós estamos a falar.

Enquanto ela vai falando, façam um sinal para o Cerimonial para pegar a nominata e depois a gente oportunizar o momento da fala.

Com a palavra a Doutora Débora Rosa, engenharia florestal, que vai falar sobre o tema.

A SRA. DÉBORA ROSA DA SILVA DO CARMO - Bom dia a todos. Cumprimento a todos da Mesa em nome do Deputado Ismael Crispin. Cumprimento a todos os produtores rurais aqui presentes em nome do produtor Pedro Filho. Agradeço a oportunidade de poder estar aqui explanando sobre esse assunto que é tão importante para a sociedade de um modo geral.

A gente vai começar falando um pouco sobre o histórico do zoneamento, para que vocês compreendam por que se criou o zoneamento no nosso Estado.

O primeiro zoneamento aprovado em Rondônia foi no ano de 1988 e ele veio com base no Planaflo (Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia). Por que se criou um zoneamento? Porque buscava-se um ordenamento. Em 1988, nós já tínhamos no Estado vários projetos de colonização que incentivavam o uso e a ocupação da terra. Então, o governo decidiu criar um plano, uma estratégia para ordenar todo esse desenvolvimento e para estratificar o nosso Estado de modo que pudéssemos crescer e também ter as áreas a serem conservadas.

Nesse primeiro zoneamento, teve-se o objetivo de ordenar a ocupação com critérios mais sustentáveis, pois na época havia muita abertura de áreas e muitas áreas ainda de

floresta, então precisava saber como utilizar todas essas áreas de modo mais sustentável.

E assim, foi feito. Ele fez levantamento de situação fundiária, onde se tinha maior população, onde se tinha maior expansão, onde estavam os projetos de colonização já implantados na época; quais eram as áreas do Estado com maior aptidão agrícola para direcionar a expansão, onde se tinha cobertura vegetal e onde já existiam unidades de conservação.

(Apresentação de slides)

Esse primeiro zoneamento já teve como banco de dados o RadamBrasil, de 1978, e também um banco de dados com imagens de satélite da época, além de dados climáticos. Foi o primeiro zoneamento do nosso Estado, um macrozoneamento, com escala de 1:1.000.000, se tinha uma divisão do Estado em seis zonas e algumas subzonas. Foi aprovado por Decreto Estadual, em 1988, e posteriormente pela Lei Complementar nº 052, de 1991.

E como que foi dividido esse primeiro zoneamento do Estado? Se tinha uma determinação de onde eram as áreas de intensificação de exploração agropecuária - esses pontos em marrom -; onde se tinha pequenos produtores em coletividade; onde estava localizada a população mais ribeirinha; os locais que poderia ter uma melhor exploração extrativista - porque tinha muita floresta -; locais destinados para manejo florestal e locais destinados à conservação. Então, o Estado ficou estratificado em seis zonas.

Doze anos depois desse macrozoneamento, o Estado viu a necessidade de atualizar essa ferramenta. Foi quando se aprovou o segundo zoneamento, em 2000.

Esse segundo zoneamento já veio com um detalhamento muito maior do que se tinha. Nossa produção já estava crescendo, o Estado já tinha mais áreas produtivas e uma melhor definição de onde se produzia. Ele trouxe um detalhamento de informações muito melhor. Foi quando se obteve dados de capacidade ambiental e planejamento para intervenção, tanto do setor público quanto do setor privado.

Nesse planejamento, fizeram levantamento de geologia, hidrologia, mapearam todas as nossas bacias hidrográficas e de climatologia no nosso Estado, de recursos de vegetação, como tipos de floresta e locais que tinham cerrado; além de definirem quais eram as zonas de animais existentes e também onde se tinha um maior uso e uma pretensão de ocupação, com base em dados de solo, de estrutura fundiária, e de aptidão agrícola. Foi um trabalho muito mais detalhado, e aprovado no ano de 2000.

Vale ressaltar, como a gente já comentou, que esse planejamento já teve uma escala menor: o anterior era de 1:1.000.000, e esse passou para 1:250.000. Então, ele já tinha informações mais detalhadas do nosso Estado e já reduziu a quantidade de zonas: de seis para três zonas, cada zona com as suas subzonas. Aprovado pela Lei Complementar nº 233, de 2000, e teve uma pequena retificação pela Lei Complementar nº 312, de 2005.

É bem interessante, porque esse zoneamento de 2000 é o que está vigente até hoje, ou seja, estamos com o zoneamento vigente há 25 anos. Esse o primeiro zoneamento do Brasil a ser aprovado.

A Comissão do Ministério do Meio Ambiente, do Conama, foi formada em 2002. Como o nosso zoneamento foi aprovado em 2000, ele foi o primeiro que a Comissão teve que analisar e logo já foi aprovado, por ser um zoneamento muito bem feito

e embasado e ficou como o modelo de zoneamento para os outros Estados.

E como é esse zoneamento hoje, aqui no Estado? O que isso interfere na produção de vocês, no uso da propriedade, no que podem licenciar, no que podem fazer dentro do imóvel?

Nós sabemos do Código Florestal a ser seguido, mas no nosso Estado a gente também tem o zoneamento. E como ele é dividido? Em três zonas. A primeira zona é a Zona 1, onde tem quatro subdivisões, Zona 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4. "Ah, mas por que tem tantas subzonas assim?" Porque há uma estratificação das propriedades onde se tem mais ocupação, onde se tem menos ocupação, onde se tem mais uso agropecuário, onde se tem o uso agroflorestal, onde se tem o uso florestal. Então, essas zonas e subzonas vêm para justamente fazer uma classificação mais minuciosa das propriedades existentes dentro da Zona 1.

E essa Zona permite a conversão de vegetação para uso alternativo do solo. Ou seja, eu tinha um imóvel lá em 2008, em 2000, que tinha vegetação, mas ele está em Zona 1, então eu podia converter o percentual para ter uma outra atividade, para ter a pecuária, para ter o plantio, para ter qualquer outro tipo de criação naquela determinada parte do meu imóvel. Então é uma Zona que permite a conversão. E hoje, ela equivale a 50,45% do nosso Estado.

Só para exemplificar melhor, aqui no Estado a gente tem praticamente dois tipos de vegetação, floresta e cerrado. Na floresta, imóveis que estão na Zona 1 podem utilizar 20% do imóvel, ou seja, tem que preservar 80% e pode ser convertido 20%.

Já as áreas de cerrado, é permitido converter 65% do imóvel e preservar 35%. E nas áreas de campos, que nós não temos aqui ainda delimitado no nosso Estado, em nenhum

estudo, poderia se preservar 20% e utilizar 80% das áreas do imóvel.

O nosso zoneamento vigente também tem a Zona 2. O que diz a Zona 2? Imóveis localizados na Zona 2, geralmente são, que lá em 2000, quando eles fizeram os levantamentos, tinha o quê? Uma ocupação incipiente, poucas pessoas, não tinha muita população. A população que tinha vinha mais do extrativismo, eram áreas onde se tinha um potencial mais madeireiro. Então, era totalmente voltado para uso com manejo sustentável, seja de produtos madeireiros ou não madeireiros. E eram áreas destinadas também para ecoturismo, pesca, pesquisas científicas, porque eram áreas de maior conservação e com menor número de população existente.

Então, em 2000, eles definiram essas áreas, que são essas em azul, para a área de Zona 2. E a Zona 2 tem duas subzonas, a 2.1 e 2.2. Hoje, essa zona equivale a 14,60% das áreas do nosso Estado.

Qual que é a diferença de eu ter um imóvel na Zona 2 e na Zona 1? Digamos que eu tenho um imóvel na Zona 2 hoje, ele é totalmente floresta, ou ele é totalmente cerrado, ou ele é totalmente campo.

Eu posso converter alguma parte do meu imóvel para ter uma outra atividade que não seja uma atividade sustentável, de manejo sustentável? Não. O zoneamento não permite a conversão. Ele só permite que você utilize os recursos desse imóvel de modo sustentável. "Ah, eu posso utilizar extração madeireira, eu posso utilizar produtos não madeireiros, como coleta de castanha, extração de resinas, etc." Mas eu não posso converter para a pecuária, não posso converter para a agricultura, porque não é permitido pelo nosso ornamento vigente. "Ah, mas eu tenho uma área, Débora, que é em Zona 2, mas eu já abri ela lá em 2000, 2008. Eu não vou poder

utilizar?" Pode. O que já estava aberto até 2008, estando na Zona 2, é permitido utilização. Ele não permite expansão de áreas abertas nesses imóveis que estão localizados na Zona 2.

E como última zona do nosso zoneamento vigente, nós temos a Zona 3, que se subdivide em 3.1, 3.2 e 3.3. Por que que há essa divisão? Geralmente são áreas de unidade de conservação ou terras indígenas: 3.1 são todas as unidades de conservação que o Estado criou; 3.2 são todas as unidades que foram criadas pelo governo federal; e 3.3 são todas as terras indígenas presentes.

Então, nós temos essas subclassificações e essa Zona equivale, no estudo de 2000, a 34,95% do Estado. Então, quem que gerencia essas áreas dessas zonas? Sedam, no caso estadual; ICMBio, no caso federal; e FUNAI, no caso de terras indígenas.

Aqui próximo, nós temos algumas unidades para vocês terem uma noção que existem algumas unidades que tem Zona 3.1; temos alguns parques como o Parque Corumbiara; temos algumas terras indígenas que são consideradas 3.3 e temos também uma reserva biológica, considerada 3.2.

Esse é o resumo do zoneamento que está vigente hoje no Estado de Rondônia, aprovado no ano de 2000. Então, nós temos 50% de Zona 1; aproximadamente 14% de Zona 2; e 35% de Zona 3. E nesse estudo também há uma classificação em zonas urbanas, espelhos d'água, em que está separado como 1% da área do Estado.

E agora venho apresentar aos senhores uma atualização que foi necessário fazer, iniciar lá em 2015. O Estado, após 15 anos de aprovação do zoneamento, viu a necessidade de se iniciar a ferramenta de atualização do nosso zoneamento. E aí foi feito, lá em 2015, a contratação de uma empresa

denominada Kampatec Assessoria e Consultoria para fazer o levantamento com a finalidade da atualização da segunda aproximação do nosso zoneamento.

Essa empresa iniciou os serviços em 2015 e concluiu em 2018, e no órgão ambiental, na Sedam, tinha uma Comissão que recebeu todos esses estudos, avaliou e viu que eles atenderam a tudo que estava no edital. Então, após isso, após recepcionar esse estudo da atualização, eles montaram uma Comissão Estadual de Zoneamento, que foi montada em 2017 e foi melhor classificado em 2018.

Quem fazia parte dessa Comissão Estadual do Zoneamento? O Presidente da Comissão é o Secretário da Sedam, na época, e nessa Comissão existem vários membros. Quem são esses membros? Sepog, Seagri, Idaron, EpR, Assembleia Legislativa, vindo como representante da Comissão do Meio Ambiente, a Comissão da Agricultura, ICMBio, Incra, Serfal (Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal), Incra, Fetagro, Faperon, Fiero, OSR e GTA. Todos eles receberam os estudos feitos pela empresa, compreenderam o que se tinha feito, fizeram sugestões e chegaram num denominador comum que foi o Projeto de Lei de 6 de outubro de 2020, que gerou o projeto 85, de 2020.

Então, todos esses membros, após receber esses estudos, fizeram várias reuniões em que tinha o conhecimento do que foi feito, onde poderia ser alterado, o que poderia ser alterado. Fizeram sugestões de algumas áreas. Essas áreas sugeridas tiveram uma análise técnica por parte da Sedam e na última reunião, no dia 28 de outubro de 2020, eles definiram quais seriam todas essas áreas a serem alteradas e aprovaram o Projeto de Lei, de 6 de outubro de 2020.

Mas, o que muda com esse projeto? A gente tem aí uma atualização, um projeto que foi concluído. Os estudos,

praticamente a análise foi de cinco anos, começou em 2015 e o Projeto de Lei foi aprovado em 2020. Esse projeto já visa uma escala de zoneamento de 1:250.000, mantém o nosso zoneamento com três zonas e algumas subzonas. E mantém aquela mesma classificação das zonas do zoneamento de 2000, em que Zona 1 são áreas consolidadas com intensificação de uso permitido e sustentável; Zona 2, apenas áreas de usos especiais com manejo sustentável; e Zona 3 são aquelas zonas institucionais, unidades de conservação e terras indígenas.

E aí a Zona 1 passou a ser subdividida em três zonas. É importante salientar que nesse estudo, eles viram áreas onde se tinha atividade agrícola, pecuária, florestal e industrial. Como o nosso Estado mudou nesses últimos 20 anos, eles decidiram incluir a indústria como sendo parte da Zona 1. E essas áreas, todas elas, eram áreas de alta densidade de ocupação. Ela passou a ser 55% do nosso Estado.

Todas essas áreas em amarelo, todos esses municípios participam dessa Zona 1.

E aí, trazendo aqui um pouco para a região de vocês, o que mudou na região quanto a esse Projeto de Lei? Houve uma alteração de reclassificação de Zona 1, onde praticamente aqui se tinha zona 1.3, naquele amarelo mais médio; zona 1.4 no amarelo mais escuro e zona 1.1. Com a nova proposta ocorreu essa alteração. A grande parte aqui ficou como zona 1.1; ficou uma parte bem pequena como 1.2 e aquela parte mais escura como zona 1.3.

É interessante ressaltar que essa reclassificação de zona não ocorreu só nessa região. Ela ocorreu em várias regiões do nosso Estado, como se pode ver no Cone Sul, pode ver ali na região de Costa Marques, Seringueiras, Nova Mamoré, Guajará-Mirim, Porto Velho, Candeias, Machadinho D'Oeste.

Então, houve uma reclassificação em vários outros locais do Estado, não só aqui.

O que mudou quanto à Zona 2? Ela continua com duas subzonas com uso somente para manejo sustentável. Continua a mesma característica de uso. Não alterou. A densidade de ocupação, verificaram onde havia uma menor ocupação para definir para permanecer como Zona 2 e passou a fazer parte do nosso Estado apenas 4% dessa área.

Aqui na região também teve uma alteração em dois municípios: Alta Floresta e em Alto Alegre. Vocês podem visualizar, que passou de Zona 2 para Zona 1, essa parte em amarelo. Então, houve alteração de zona. "Ah, essa alteração ocorreu só aqui?" Também não. Vocês vão verificar no mapa aqui, tiveram outras áreas do nosso Estado que foram alteradas de Zona 2 para Zona 1. E a Zona 3 permaneceu como sendo aquelas zonas institucionais, unidades de conservação e terra indígena. E passou a ser, conforme o estudo de 2020, 39%.

E aqui a gente tem os locais onde foram alterados de Zona 2 para Zona 3. Guajará-Mirim, uma parte em Porto Velho, uma parte em Candeias e uma parte em Machadinho D'Oeste. E assim ficou a proposta aprovada pelo Projeto de Lei, em que se tem 55% de Zona 1, 4% de Zona 2 e 39% de Zona 3 e 2% de áreas urbanas e espelho d'água.

No entanto, é válido a gente ressaltar algumas questões. O Estado teve uma atualização de Zona 3, nos últimos anos, e os percentuais de Zona 1, 2 e 3 vão ter que ser alterados. Porque houve um aumento de Zona 3, então houve uma redução de Zona 1, onde se tinha no Projeto de Lei 55%, Zona 1 passou a 54%; onde se tinha 4% de Zona 2 passou a ser aproximadamente 3%; e onde se tinha Zona 3 com 39% passou a ser 41%. Então,

possivelmente terá que ser feito alguns ajustes nesse projeto para atualizar quanto às áreas de zona 3.

E aqui só para os senhores terem uma noção de como foi essa evolução do zoneamento no nosso Estado. Então, o primeiro, havia seis zonas. Essas zonas tinham várias definições. Aí veio a segunda aproximação, que é a aproximação vigente até hoje, que tem três zonas. E houve, nessa proposta de atualização da segunda aproximação, houve uma readequação dentro dos percentuais de cada zona.

Então, hoje, vigente nós temos 50 de Zona 1, então a proposta é que se tenha 54% de Zona 1. Nós temos vigente hoje 15% de Zona 2, a proposta é que a Zona 2 passe a ser 3%. Hoje se tem 35% na lei de Zona 3, mas a gente sabe que o Estado tem 41% de Zona 3. Então essa é uma ferramenta vai precisar ser atualizada, porque nossas áreas no Estado, elas mudaram, tanto a questão da produção, como a questão também de áreas de conservação.

Então, o zoneamento é necessário justamente para vir atualizar essa ferramenta e esses percentuais de áreas de uso e de conservação.

Aí vocês perguntam, por que atualizar o zoneamento? Nós temos três motivos. Um deles é o crescimento populacional e a diversificação da nossa produção. Hoje nós temos 63% do nosso Estado tem o PIB com base em serviços, 18% com base na indústria e 19% com base na agropecuária. "Ah, mas a agropecuária, a produção rural é forte?" Muito. Vocês sabem disso, porque o rebanho bovino do nosso Estado, hoje, está estimado em mais de 18 milhões de cabeças. Esse dado é de 2022 do Idaron. Já se tinha 17 milhões. Hoje já se sabe que tem mais de 18 milhões. Então, esse estudo mostra que, de 2018 a 2022, houve um crescimento de 19% no rebanho bovino do nosso Estado.

E aqui, ao comparar como que era o quantitativo de rebanho bovino lá quando foi aprovado o zoneamento em 2000, tinha aproximadamente 6 mil cabeças de gado. Hoje, em 2000, aqui esse estudo ele cita 2022, já mostra 17 milhões. Praticamente triplicou a quantidade de produção na zona rural quanto ao rebanho bovino.

Isso não é diferente para os grãos. A gente vê um crescimento muito expressivo para os grãos. Conforme dados do da Embrapa, no ano de 2024, houve uma expansão quando se relaciona a safra 2023/2024 de 7,7% de áreas plantadas. Houve um aumento de áreas plantadas na safra 2023/2024, considerando a safra anterior.

Isso teve reflexo no aumento de produção da soja, do arroz e do milho. A soja e o arroz tiveram um crescimento de 9%; o milho teve um crescimento de 8,7%. Isso são dados de base de 2023 para 2024.

Se nós pegarmos os dados de 2024 para 2025, já vai ter elevado, porque já se tinha uma perspectiva de aumento também. Para os senhores terem uma noção, com base nesse dado da Embrapa, de 2024, hoje nós temos de soja 665 mil hectares plantados; de milho 317 mil hectares plantados; de café 53 mil hectares plantados; e de arroz 41 mil hectares plantados.

Isso não é diferente quando a gente fala de floresta plantada. O nosso Estado cresceu muito nos últimos anos nesse quesito e conforme o relatório da Indústria Brasileira de Árvores, a gente tem hoje, no nosso Estado registrado, plantado 12 mil hectares de floresta plantada sendo pinus, eucalipto, teca e outras culturas.

E na piscicultura, teve um grande desenvolvimento? Sim. É bem expressivo - vamos falar do tambaqui, que é o mais

conhecido - o tanto que a produção de tabaqui cresceu no nosso Estado.

Hoje, nós temos uma produção muito alta. Somos o maior produtor de tabaqui do Brasil. Em 2019, a produção chegou a 68 mil toneladas, e essa perspectiva só vem crescendo, porque a produção vem aumentando mais a cada ano e vem expandindo muito esse mercado, tanto no licenciamento de áreas para piscicultura quanto na abertura de novos comércios.

Para encerrar, tratar a questão econômica e da importância de se atualizar o zoneamento, a gente traz aqui a questão da exportação. Este é um dado que a Sesdec publicou em janeiro deste ano, informando que o Estado passou a exportar mais. Entre os cinco produtos mais exportados pelo nosso Estado estão: soja, carne bovina, milho e café.

E quais os países que mais recebem os nossos produtos? China, Espanha, Argélia, México e Estados Unidos. Já temos dados suficientes que mostram que a nossa economia está muito aquecida, em perspectiva de crescimento, e que as nossas ferramentas de gestão precisam ser atualizadas para acompanhar isso.

Um segundo motivo - que eu falei para vocês que daria três - para justificar a atualização dos zoneamentos é ele ser um dispositivo de gestão social, econômico e ambiental. Por quê? Porque o zoneamento define onde eu posso produzir, o que eu posso produzir. É uma ferramenta extremamente importante para a gente continuar expandindo. E saber onde expandir, o que eu posso plantar, cultivar e criar na minha propriedade, ser esse balizador para a economia continuar crescendo.

O zoneamento é uma ferramenta que baliza o crescimento econômico, social e ambiental do nosso Estado. Tanto que a

gente vê o quê? Todas as atualizações de dados estão voltadas para Zona 1, Zona 2 e Zona 3. Você não vê que há redução de áreas de preservação. Não, você vê um crescimento de áreas de produção, mas você vê também o crescimento de áreas de preservação. Para quê? Para equalizar isso. Para a gente conseguir produzir e continuar preservando.

Além disso, ele é um grande fator de segurança jurídica, seja para o produtor, seja para o órgão ambiental. Se eu tenho uma ferramenta atualizada, posso dizer: "Você pode licenciar a piscicultura na sua propriedade", ou "Você pode licenciar um plantio ou pode ter criação de gado". Por quê? Porque a minha ferramenta de gestão do Estado está atualizada. E o produtor rural tem essa segurança também com essa ferramenta atualizada, porque ele saberá o que e onde ele vai poder produzir.

O terceiro motivo para se atualizar o zoneamento vem com a questão de que os estudos e análises técnicas dos levantamentos, feitos entre 2015 a 2020, estão prontos. E se estão prontos e já se tem dados suficientes, é necessário que isso seja passado à frente, que o governo tenha esse incentivo de voltar a essa discussão e finalizar a atualização do zoneamento.

Então, finalizo aqui com vocês informando que a atualização do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico é uma ferramenta estratégica e um compromisso com o futuro do nosso Estado.

Obrigado a todos pela participação e, mais uma vez, à Comissão do Meio Ambiente, por permitir essa explanação para vocês compreenderem melhor todas essas alterações que poderão ser realizadas.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Queremos agradecer à Doutora Débora Rosa pela explanação. Esses são os dados que precisam chegar para o leigo entender, o porquê dessa mobilização. Parabéns!

Antes de passar a fala ao nosso Secretário de Desenvolvimento Ambiental, Senhor Marcos Antônio, quero registrar a presença do Adeilson da Silva, Secretário Regional da Governadoria do Município de Rolim de Moura. Seja muito bem-vindo!

Registrar a presença do Senhor Victor Paiva, que é Diretor Executivo das Aprojosa. Agradeço o apoio e ajuda na mobilização - é muito importante essa participação e a demonstração do interesse.

Registrar a presença do Vereador Negão Monteiro, 2º Secretário da Câmara do Município de Alta Floresta.

Registrar a presença do Professor Libério Ferreira, Presidente da Associação de Pequenos Produtores de Rolim de Moura do Guaporé.

Registrar a presença da Doutora Advogada Katiuscia Leal Azevedo, que é membro da Comissão de Direito Imobiliário, Urbanístico e Notarial da Subseção de Rolim de Moura.

Sejam todos muito bem-vindos!

Por fim, registrar o nosso agradecimento também aos servidores da Comissão de Meio Ambiente, pois, para a gente chegar neste momento aqui, tem um trabalho de mobilização, informação, convite - dizendo: "Olha, a Comissão vai estar presente no município tal dia, tal hora, realizando tal trabalho." Muito Obrigado pelo apoio de sempre e incondicional.

Então, após ouvir a Doutora Débora, reforço, já chegaram alguns nomes aqui para mim. Aqueles que vão querer fazer uso da fala, dê um sinal para que a nossa assessoria, o Cerimonial, possa pegar teu nome, porque a gente tem a condição de ter uma nominata aqui para a gente ir convidando depois.

Agora nós vamos ouvir uma fala acentuada dentro do tema e depois, ao final, uma fala como autoridade que representa a Comissão de Meio Ambiente, representa o Governo do Estado de Rondônia, mas nesse momento muito específico ao tema que nós estamos tratando. Convido para fazer uso da fala o Secretário de Meio Ambiente, Marco Antônio Lagos.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Bom dia a todos. Excelentíssimo Deputado Ismael Crispin, Deputada Dr^a Taíssa, Deputado Lucas Torres, uma honra estar aqui nessa Audiência Pública promovida pela Assembleia Legislativa. Secretário Luiz Paulo, meu amigo, de longa data; Vereador Natã; o Vice-Prefeito Robson; a senhora Albertina, e eu gostaria de agradecer à Aprosoja por essa brilhante apresentação da engenheira Débora.

O meu amigo Victor Paiva; agradecer a Faperon pela participação e agradecer aos donos da casa, a ACIAF, a Associação Comercial e Industrial de Alta Floresta, por nos ceder o espaço para essa Audiência Pública tão importante.

O zoneamento, como muito bem explicado, é um mecanismo de gestão do território, mas ele não se faz somente com lei estadual. Ele tem uma lei federal que determina a fórmula de fazer e após a aprovação da lei, ele tem que ser encaminhado ao Ministério do Meio Ambiente, a uma Comissão de Zoneamento que vai avaliar se esse zoneamento seguiu as regras técnicas

para se criar ou alterar uma zona, para então aprovar ou reprovar.

Deixando claro, Rondônia é o primeiro Estado da federação a ter um zoneamento aprovado por essa Comissão do Ministério do Meio Ambiente. Foi uma luta muito árdua. Salvo engano, a lei foi em 2000 e foi aprovada em 2005. Cinco anos de análise do Ministério do Meio Ambiente. Qualquer alteração tem que passar, é por lei federal, não tem como não passar pela Comissão do Ministério do Meio Ambiente.

Outra coisa, deixar assim algumas dúvidas, às vezes perguntam, o zoneamento pode alterar a reserva legal? Não. Quem determina a reserva legal é o Código Florestal. O Marco Legal 2022, de junho de 2008 pode ser alterado no zoneamento? Não. Ele está em lei federal e não pode ser alterado.

Fitofisionomia. Eu quero saber se minha terra é de cerrado ou se é floresta. É no zoneamento que altera? Também não. A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental tem uma comissão para análise de pedidos de alteração de fitofisionomia. É uma análise própria por técnicos da Casa, engenheiros florestais da Casa, concursados, para fazer essa análise específica.

O zoneamento pode revogar uma unidade de conservação? Também não. Desafetação de unidade de conservação é lei específica. Não pode ser feito através do zoneamento.

Só tirar essas dúvidas porque, "ah, mas tem ali um parque estadual, pode o zoneamento desfazer o parque?" Não. Muito menos a área federal. A área indígena e reservas federais são criadas por leis federais. Não pode ser revogado por leis estaduais.

Dizer que o nosso Governador, o Coronel Marcos Rocha, está muito empenhado nessa nova aproximação ou atualização

do nosso zoneamento. É a ideia do nosso governo fazer essa atualização. O Estado modernizou e isso tem que estar no nosso extrato, com as limitações que a lei determina de se fazer um zoneamento, mas o Governador está empenhou e determinou aos Secretários tanto Sedam, Seagri, quanto outras Secretarias afins, que tenham interesse temático, que participem e vamos fazer o possível para que essa atualização ser a mais benéfica ao Estado de Rondônia, ao povo rondoniense, seguindo todas as técnicas para que seja um zoneamento válido para não ter o dessabor de três, quatro ou cinco anos depois de aprovado, ter um zoneamento reprovado. Isso seria caótico ao Estado de Rondônia, pois uma vez não aprovado pelo Ministério do Meio Ambiente, reprovado, nós perderemos totalmente as Zonas 1.

Ficariam todo o Estado com 80% de reserva legal e 20% de uso do solo, do dia para a noite. Por isso, o perigo de não termos esse zoneamento aprovado no Ministério do Meio Ambiente, ou melhor, reprovado no Ministério do Meio Ambiente. É por isso que nós lutamos tanto para seguir a melhor técnica, mas com maior avanço.

É a vontade do Coronel Marcos Rocha, é a vontade da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental e, sem nenhuma dúvida, é a vontade também da Assembleia Legislativa: temos a melhor lei.

Temos certeza que a Assembleia será parceira para isso. Estamos aqui para ouvir. Essas audiências públicas são muito importantes, porque só quem conhece a realidade da guerra é quem está na trincheira, no front. Só quem conhece a realidade do campo é quem está produzindo. E é por isso que precisamos ouvir. Ouvir, entender para fazermos o melhor. O melhor caminho ao povo desse Estado. Muito obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito obrigado, nosso Secretário Marco Antonio.

Quero registrar a presença do Vereador Nenão, que é aqui da Câmara de Alta Floresta D'Oeste, e do Vereador Álvaro Bueno, também da Câmara de Alta Floresta do Oeste.

Agradecer à diretoria da Associação Comercial Industrial aqui de Alta Floresta, que nos cedeu o ambiente para receber os senhores, receber a Assembleia Legislativa, a Comissão de Meio Ambiente, no dia de hoje. A princípio, nós tínhamos um trato com o Presidente da Câmara aqui do município, compreendeu que o ambiente poderia ser menor e, de repente, não viesse dar condição de receber os senhores, e a Associação Comercial e Industrial fez isso, entendendo a importância do tema. Então, leve à diretoria o nosso agradecimento.

Bom, nós ouvimos os dois técnicos, ouvimos a Doutora Débora, ouvimos o Secretário do Meio Ambiente, e esse, pelo menos ao meu sentir, claro, com os esclarecimentos técnicos, vale muito essas duas apresentações.

Vou registrar aqui a presença do Secretário de Meio Ambiente do Município de São Francisco do Guaporé, que eu vejo chegando. Mas, eu disse a princípio que a Assembleia Legislativa estava aqui numa condição de ouvinte e ouvir as partes interessadas. Então, com as nominatas que já chegaram aqui, eu vou começar a chamar. Vou pedir aos senhores que no início da fala já se apresentem, se possível "Eu sou Ismael Crispin Dias, da Linha 52, do quilômetro tal.", ou, "Eu sou Ismael Crispin Dias, sou técnico na área ambiental, discuto esse tema aqui na região, o município e tal." Façam essa identificação, que é o material probatório que nós precisamos. Perfeito? Por isso o cuidado, que às vezes a

gente acaba não falando o nome completo quando pega a nominata.

Convido, nesse momento, Fábio Godoi.

O SR. FÁBIO FERNANDO GODOI - Bom dia a todos. Parabenizar a doutora Débora pela explicação. Meu nome é Fábio Fernandes de Godoi. Sou da Linha 127, quilômetro 2, Gleba Massaco, Município Alta Floresta D'Oeste.

Pela explicação da doutora, ficou muito bem claro que temos que atualizar a nossa produção, fazendo um comparativo, digamos assim, sairíamos do "lombo do burro" e estamos indo para a "pick up". Então, eu acho que de 24 anos, 25 anos para cá, produziu-se, aumentou muito. E o estudo mostra isso.

Eu acredito que é o que precisamos, é o que queremos, contamos com o apoio de todos vocês. É preciso evoluir e com isso produzir mais. Desde já agradeço a cada um e contamos com vocês nesse empenho para que seja aprovado o quanto antes. Obrigado a todos.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Obrigado, senhor Fábio.

Chegou uma nominata para mim aqui com poucas mulheres, viu? Mas vamos ouvir a senhora Kátia Scarmagnani. E que bom ter a participação das mulheres.

A SRA. KÁTIA SCARMAGNANI COSTA - Primeiramente, bom dia a todos aqui presentes, os produtores rurais que se fizeram presentes, fiquei muito satisfeita em ver o plenário cheio.

Em nome da Doutora Albertina, cumprimento toda a Mesa para gente não esticar muito. Parabênzo a engenheiro, Doutora Débora Rosa. A senhora sanou, acredito, que 99% das perguntas que eu tinha trazido em nome dos produtores.

Eu me chamo Kátia Scarmagnani Costa, sou moradora recente da Gleba Massaco. Temos uma família grande, representamos um pouco da Linha 27, Linha 25, Linha 132, Linha 130, Linha 135. Faço parte da secretaria da Associação Asprocraz, junto com o nosso Presidente Nildinei. Temos um bom convívio com o pessoal da Associação do Distrito de Rolim de Moura, também vi que será contemplado com o novo zoneamento.

Acredito que eu tinha uma preocupação, que a dona Débora trouxe. A gente sabe que para os decretos federais a gente tem que ter requisitos e subsídios suficientes para quando chegar lá em Brasília, porque esse zoneamento vai chegar lá, a gente não trave e volte à estaca zero.

Parabéns ao senhor Marco porque fez uma fala muito plausível, que à época, quando o zoneamento não foi sancionado pelo Marcos Rocha, muitos produtores ficaram chateados. E eu sempre enfatizava, "gente, se ele sanciona, a gente ia ter um problema maior, a gente ia ficar sem zoneamento." E é aquele ditado não tem nada que não esteja ruim, que não possa dar uma leve piorada, não é? Mas, enfim, só me surgiu uma dúvida que eu quero perguntar à Doutora Débora.

No atual zoneamento que nós temos, a gente tem aqui no nosso setor as cores azul escuro, que seria 2.2, 2.1 que é um azul mais claro e já temos uma parte que é um amarelo mais claro, que seria 1.3. As cores que a senhora apresentou ali são as mesmas do zoneamento antigo. Elas contemplam ...

Isso, as mesmas cores. Ah, tá, porque surgiu a dúvida de alguns produtores aqui.

Ficou muito claro o trabalho da senhora. Agradeço a disponibilidade do Governo do Estado de Rondônia, à Assembleia Legislativa, por entender que o Estado de Rondônia cresceu e se desenvolveu, sim. Acredito que o trabalho está bem feito, acredito que esteja plausível para seguir em frente.

E caso, nas audiências que o Deputado Ismael Crispin, membro representando a Comissão, vai seguir no Estado de Rondônia, se perceber que há setores que não foram contemplados ou que faltou alguma coisa, que a gente recue um passo, que a gente pense. O Deputado Alex Redano, que é o nosso presidente, disponibilize verba, ou que o Governo do Estado de Rondônia disponibilize verba, porque para quem esperou praticamente 25 anos, de repente esperar mais um ano, talvez não seja muito, porque a gente vai ter que ter uma melhora muito grande no Estado para falar novamente de zoneamento.

E diante da quantidade de reserva que a gente tem, que houve um aumento de 4%, eu acredito que não tem - quase 3% -, não tem porque chegar lá em Brasília e eles travarem, porque se tivesse uma invasão nisso aí, eles iriam travar com toda certeza.

Eu acredito que o projeto está, sim, pronto, está bem plausível, mas que se tivermos que recuar, vamos recuar um pouquinho, para garantir que a gente chegue lá em Brasília e não nos perturbem mais.

Estou muito satisfeita, agradeço o nome dos produtores, a oportunidade e ao nosso Secretário, parabéns pelo trabalho, queremos meia hora do seu tempo depois, está bom? Obrigada.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Fazer um registro, que as mulheres estão muito bem representadas aqui na fala da Kátia e eu digo, e todo o segmento em especial do setor produtivo.

Aqui, a nossa intenção é ouvir todos os segmentos, porque há dúvidas sempre em relação aos povos originários, há dúvidas em relação a bacias hidrográficas, e a gente está aberto a fazer oitivas. Precisa ficar registrado de forma muito cristalina. Porque as discussões que se desdobrarem lá na frente, daqui a pouco, "Ah, não abriu para tal segmento." Não. É para todos. O trabalho que a gente faz é para, de fato, ouvir todos.

Eu tenho mais uma inscrição aqui, que é Aristeu Reinoso. Está onde o Aristeu? Lá no fundo. Aristeu, é o senhor? Vai chegar o microfone aí.

O SR. ARISTEU REINOSO DA COSTA - Eu sou Aristeu Reinoso da Costa, quem me conhece muito é o Chico.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Pode repetir o nome aí, senhor Aristeu.

O SR. ARISTEU REINOSO da COSTA - Eu sou Aristeu Reinoso da Costa, moro em Flor da Serra há 37 anos. Fui o maior produtor de café, hoje mexo com vaca criadeira. Os meus irmãos têm 100 mil pés de café.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Senhor Aristeu, espera só um minutinho. Chega com o microfone mais perto, Elton, porque aqui a gente precisa conseguir entender o que o senhor Aristeu está falando. Isso.

O SR. ARISTEU REINOSO DA COSTA - O que eu estava falando? A gente é produtor, em Flor da Serra há mais de 37 anos. O Incra...

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Chega para cá. Está longe o microfone do acesso do ponto. Vamos com calma que tudo vai dar certo.

O SR. ARISTEU REINOSO DA COSTA - Sou de Flor da Serra. Há 37 anos eu moro lá. Fomos para Brasília atrás de assentamento. O Pedro Lima carregou a gente dentro do carro, o deputado de Santa Luzia. Aí nós conseguimos essa gleba. Fernandinho Brito, do Inca, fizeram um assentamento na Gleba do Massaco.

Eu sou um cara meio... falo muito, só que sou muito tímido. Não sei como é que eu consegui chegar. Isso é um milagre. Só sei trabalhar, 64 anos, e agora estão querendo que eu vou reflorestar minhas terras, mandaram derrubar, senão eu não ganhava o Título. Eu desmatei. Agora, já tenho que reflorestar. Onde eu comprei terra tem 15 anos. O cara derrubou dois alqueires **(ininteligível)**, porque o cara derrubou dois alqueires. Nem fui eu, apenas comprei e paguei. Tem a minha família, cada lote, é para cada filho, tem genro, inclusive tem um genro, ele deu a informação, tem um cara que está ajudando essa Comissão, tá? Meus parabéns.

O Chico do Ibama me deu licença. Chico do Ibama me deu licença há vinte e tantos anos, tem licença, tem prova, que eu tenho a terra há mais de vinte anos. Eu fiz tudo bonitinho. Mas, para vender boi, a democracia é tão grande, tão grande, esse zoneamento. Pague as suas contas que você vai receber dinheiro no banco. Chega agora e não tem dinheiro pra mim, nenhum custeio?

Eu tenho minhas 700 cabeças de gado, mas eu tenho minha família que é grande. Eu devo R\$ 1 milhão no banco, hoje ele não me arranja R\$ 1,00. Por quê? Documento. Diz que não tem. Tenho o Título. Pedi o "geo" (georreferenciamento). Paguei R\$ 12 mil. Consegui. Aí chegaram e não tem dinheiro. Foi essa semana, cara.

E meus amigos lá para os lados do Bequém, que tem uns três, quatro assentamentos, São Luís, tem a Associação, o Basa jogou dinheiro para todo mundo. Mandou desmatar, estão produzindo. Cadê os documentos? Corre atrás, deputado, não sei mais.... O Marcos Rocha, muito amigo meu, veio com o cascalhamento até aqui em Alto Alegre. Ali é um ponto de turista.

Vamos jogar esse povo lá dentro. Quantas mil pessoas tem lá dentro? Essa Gleba do Massaco é muito grande. Outra, nós viemos de Brasilândia, e estava dentro da Funai, o Exército foi lá, demarcou a área, porque eu tenho prova, eu carreguei a fiscal da federal, Exército demarcou uma área. Eles assentaram nós aqui. Não foi grilado. Foi feito pelo Incra.

Por que agora é área verde? Era área três, quatro... Tem que reflorestar? Esses pais de família que entrara,... já falei até demais. Muito obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Obrigado, senhor seu Aristeu. É isso. O que faz esse trabalho se tornar realidade, fazer as defesas técnicas da maneira perfeita como fez a Débora, a fala adequada da maneira como fez o Secretário Marco Antônio é ouvir esse sentimento aí. É o sentimento, de fato, de quem vive no campo, quem trabalha, quem tem todas as suas dúvidas, e que às vezes traz um emaranhado de coisas, e a gente vai precisar separar isso para dizer, "olha, essa situação que você trouxe é isso aqui." "Mas, e essa outra?" "É isso." E é preciso ir dividindo para a gente chegar a um entendimento e conseguir tocar a nossa vida com tranquilidade.

Há uma outra inscrição aqui, que é Luiz Conte. Com a palavra o senhor Luiz Conte.

O SR. LUIS CONTI - Bom dia a todos. Agradecer aqui as autoridades presentes do município, do Estado. Meu nome é Luiz Conte, como já falou. Moro lá na Linha 138, quilômetro 100, distrito de Izidolândia. Moro lá já 35 anos. E assim, a gente é produtor lá, estamos carentes de documentos. Por causa desse zoneamento, não podemos ter acesso a um documento que possa estar lá o nome da gente e a gente vir na instituição financeira e alocar os recursos para o desenvolvimento da nossa propriedade. Entendeu?

Então, a gente espera que essa reunião leve a gente a um propósito bom e vamos esperar que aconteça para a gente viver dias melhores na nossa vida. São poucas palavras, mas é isso aí. Obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Obrigado, senhor Luiz Conte.

Nós vamos convidar também para fazer o uso da fala, representando o Município de Parecis, o Prefeito Marcondes de Carvalho. Com a palavra.

O SR. MARCONDES DE CARVALHO - Primeiramente, eu agradeço a Deus por esse momento. Meu nome é Marcondes de Carvalho e estou como prefeito do Município de Parecis. Estou com a minha equipe, deixar registrado, o Secretário Gelson, do Meio Ambiente, o Secretário de Agricultura, Marcão, a Maria, do Núcleo de Regularização Fundiária e nós temos aí a técnica, a Elis.

E quero aproveitar aqui, em nome do Presidente da Comissão, o Deputado Ismael Crispin, até para eu ganhar tempo, eu quero cumprimentar toda a composição da Mesa. Dizer para vocês a importância desse tema e já de antemão, Deputado Ismael parabenizá-lo, não só você como Presidente, mas toda a equipe e também a equipe do Governo do Estado, o Secretário da Agricultura e o da Secretaria do Meio Ambiente, enfim, as partes envolvidas.

Nós estamos aí discutindo algo muito polêmico. polêmico, complexo, mas primordial para o desenvolvimento do nosso Estado de Rondônia. O nosso Estado de Rondônia, a nossa economia qual é? Todo mundo sabendo aqui, a mola-mestre principal, agricultura, agropecuária.

Então, com a desatualização, quanto tempo nós já temos isso? Olha a revolução que está acontecendo no Estado de Rondônia, tanto no agro, quanto na pecuária, quanto na piscicultura. Está Luiz Paulo aí, o Secretário de Agricultura, que tem noção do que nós estamos falando. Então, que sigam em frente.

Eu estou aqui como prefeito representando o meu município. E feliz e já dando um aval, de grande importância. Leve aí o nosso abraço ao nosso Governador, Coronel Marcos

Rocha. Mais um desafio, algo para ter a coragem para enfrentar o problema e que Deus possa iluminar cada um de vocês. É complexo? É complexo.

Nem tudo vai estar no poder dos três deputados aqui representando a Assembleia Legislativa, porque nós temos legislação federais maiores, que às vezes nem tudo o que quer, às vezes é verdade. Mas, vocês estão fazendo o dever de casa, enfrentando um problema.

Os nossos agricultores de todo o Estado de Rondônia, um termo complexo, que a hora que você olha aqui, nem todo mundo tem conhecimento. É preciso mais divulgação, é preciso que todos os secretários dos municípios, fazer reunião com os presidentes de associação; levar o tema, explicar, para poder a gente cada vez mais ser um Estado pujante e um Estado produtivo.

Gratidão pelo espaço cedido e que Deus ilumine a todos vocês.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Obrigado, Prefeito Marcondes.

Professor Libério está escrito aqui para a fala, vamos ouvir. Os senhores me ajudem aí com o tempo, porque nós também precisamos ouvir as autoridades que estão na Mesa, os nossos deputados e Secretários.

Faça a identificação e fique à vontade.

O SR. LIBÉRIO FERREIRA QUINTÃO - Muito bem. Sou professor Libério Ferreira Quintão, e estou representando o Distrito de Rolim de Moura, principalmente a Associação dos Pequenos Produtores Rurais.

Sou residente da Linha 3, quilômetro 11.5, Gleba Massaco. A Doutora Débora explicou aqui, até esclareceu, e a gente fez grande apelo, principalmente para os nossos produtores lá do distrito, seria muito bom que eles estivessem presentes para ouvir, porque a pergunta que a gente tinha a fazer, a senhora esclareceu, porque lá é uma Zona 2.

E, conversando com o saudoso professor Francisco Mangipe, que nos deixou aos 90 anos, perguntei para ele por que escolheram, quando o Incra foi lá em 1982, e colocaram uma área extrativista. Rolim de Moura do Guaporé hoje é um potencial muito forte. A senhora apresentou ali o dado do Idaron, no período da criação da zona, tinha 6 mil cabeças de gado, hoje 18 milhões.

Rolim de Moura do Guaporé, Porto Rolim, para quem conhece da parte do turismo, hoje são 20 mil cabeças de boi. E isso tem preocupado muito os moradores de lá, porque o zoneamento não permite. Segunda-feira mesmo, Deputado Ismael Crispin, a gente teve umas três horas de fala com dois advogados, porque uma coisa a gente tem certeza, porque lá há uma incerteza no que eu... Eu vou até fazer uma pergunta para o nosso Secretário a respeito quando o senhor falou da lei federal.

Nós temos aqui o vice-prefeito, o Robson, e lá é uma área da União. E me parece, a colega Kátia até falou que podia ser mudado esse ponto, esse zoneamento, a qual nós desejamos que fosse para o 1.1. Mas, se é uma área federal, na fala do senhor, não tem essa possibilidade. Porque lá é uma questão, até existe uma jurisdição, uma ação civil, porque lá é uma disputa de área entre os autodeclarantes quilombolas e uma área "papai da Funai" e que pode ser demarcada ou decidida por uma ação judicial. Mas, que tem esse potencial da pecuária.

Se não fosse a pecuária, hoje, talvez a nossa comunidade não seria o que é hoje. Então, há essa possibilidade de haver uma mudança nessa questão do zoneamento? Depois se o senhor quiser responder essa pergunta. Porque nos preocupa, pois precisa ser mudado, precisa ser mudado.

Então, essa fala que tivemos segunda-feira com os advogados, essa é a certeza que nós temos. A parte ambiental foi lá e multou um cidadão lá por desmatamento, por ser área 2, por ser área extrativista PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável). E a multa está em R\$ 2 milhões. O terreno dele todo vale R\$ 600 mil.

Quer dizer, teve agora a audiência, aqui no Município de Alta Floresta, e ele vai ter que fazer o que falou para a gente. Então, Secretário, além dessa ser uma área da União, nós temos o que a gente iniciou ali, que é a ampliação do Parque da Reserva Ilha das Flores, que abrange propriedades de moradores, são mais de 42 famílias que foram afetadas.

Então, como professor de História, a gente foi estudar a parte de como era o processo da organização fundiária no período, lá no contexto histórico do Feudalismo, fala do poder do Estado. A gente vê a história da Europa, como que foi feito o período do cercamento. Hoje não, hoje são entidades governamentais que proíbem essa prosperidade.

Então, a gente que é filho dali - eu sou a quinta geração nascida ali naquela localidade -, a gente fica muito orgulhoso por nosso distrito fazer parte da história, não só do Estado de Rondônia e não só nacional, mas contribuiu também para o mundo, quando foi o período do primeiro e segundo ciclo da borracha.

E hoje, nós filhos, se eu tivesse essa oportunidade, eu não perderia para ser uma área de extrativismo, porque eu conheço seis pés de castanha em toda a Ilha. Seis pés de

castanha têm lá, em toda a Ilha. E a última fazenda, da beira do rio até a fazenda de um proprietário, tem 22 quilômetros. Viver do extrativismo como?

Então, mudar o zoneamento da nossa região, vai mudar também a vida socioeconômica de muitos moradores. Porque em julho, dei os parabéns para o primeiro proprietário que comprou a fazenda, a terra do meu avô. Porque se não fossem eles, que hoje pertencem ao ex-governador, o senhor Ivo Cassol, mas que propicia grande trabalho, rendas a essa comunidade. E a pecuária é uma delas, junto com o turismo, que alavanca a vida social e econômica da nossa comunidade.

E é uma questão muito séria, se não houver essa decisão. Até peço ao Robson - que existe uma lei municipal, que o senhor Antônio, do Incra, disse que se a Prefeitura pedisse, poderia mudar -, porque se sair da área da União, depois o Secretário se quiser particular ou esclarecer isso aí. Porque se é área federal, não sei se pode, porque nós temos uma lei civil lá, uma ação civil, melhor. Se pode haver essa mudança, de zoneamento, então fica bem delicado.

Agradeço e parabenizo toda a Comissão de vocês, estão de parabéns, o Deputado Delegado Lucas, pela Comissão que foi feita do relatório da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), que vai nos beneficiar.

E parabenizar, em nome do Deputado Ismael Crispin, todo o corpo do nosso Legislativo, do nosso Estado de Rondônia e todas as autoridades, principalmente também, os caros agricultores aqui presentes. Muito obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito obrigado, Professor Libério. Nós vamos fazer mais duas oitivas e

depois, vou passar a palavra às autoridades que estão aqui compondo o dispositivo.

Para falar, pelo Município de Alto Alegre, Prefeito Denair, que a gente chama de Dena, não é? Com a palavra.

O SR. DENAIR PEDRO DA SILVA - Bom dia a todos. Quero primeiramente, agradecer a Deus. Eu sou o Prefeito de Alto Alegre dos Parecis, Rondônia, com muito orgulho.

Quero aqui, em nome do nosso Deputado Crispin, agradecer a Mesa, o Robinho, leva o nosso abraço ao Prefeito Gio. Agradecer também, ao nosso Secretário de Agricultura, o Janderson, o nosso Secretário de Meio Ambiente, Fabinho, presente, aos nossos vereadores, principalmente, aos nossos agricultores.

Eu quero aqui também agradecer à Doutora Débora, pela fala da senhora. O Fabinho tem falado muito bem, o Fabinho falou muito bem aí, porque Rondônia está se destacando, Deputado Crispin, está se destacando como um dos melhores Estados do Brasil.

Então nós temos, sim, que dar incentivo aos nossos agricultores, que vêm trabalhando, porque a maior parte dos nossos agricultores não têm, às vezes, nem, é uma situação muito preocupante porque, às vezes, os coitados estão trabalhando há 30, 40 anos, 50 anos que eles estão lá, entendeu? 50 anos que eles estão lá, e de repente não têm, um documento igual o senhor Aristeu falou aí. Não têm um documento para garantir o direito deles.

Então, às vezes eles deitam a cabeça no travesseiro, mas não têm aquele prazer de falar "a terra é minha". Os filhos deles, de repente, não têm, - que Deus os guarde -,

acontecer uma situação de tirar eles dessas terras, não dá incentivo para eles trabalharem.

Quero aqui agradecer ao senhor, de coração, Presidente da Comissão, junto aos nossos deputados presentes, Deputada Dr^a Taíssa, o Deputado Delegado Lucas, que Deus abençoe a todos vocês.

E sim, vamos dar oportunidade, cada vez mais, para estar ajudando os nossos agricultores. São eles que plantam, eles que geram o salário nosso, sai das mãos dos nossos agricultores.

Então, nós temos que estar incentivando, Robinho, para ter essa boa vontade que eles têm, eles são guerreiros, trabalhadores no mundo. Então nós temos que, cada vez mais, estar parabenizando e ajudando eles. Vocês podem ter certeza, contem comigo, como Prefeito de Alto Alegre dos Parecis, eu tenho certeza que junto com o nosso prefeito aqui de Alta Floresta D'Oeste.

Agradecer aos nossos deputados presentes. Que Deus abençoe, deputados, essa ideia de vocês, isso é muito boa. Meu muito obrigado. Que Deus abençoe a todos.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Agradecer o Prefeito Denair, que é do Município de Alto Alegre dos Parecis. Como combinado com vocês, vamos fazer a última oitiva, a vontade é de ouvir todos. A gente sabe que naturalmente isso é impossível, mas cada fala traz para a gente aqui uma representatividade.

Eu tenho aqui, Marques Mauro Ribeiro. Está lá atrás. Se o senhor puder vir mais para frente aqui, Senhor Mauro.

O Prefeito Marcondes, registrou, mas faço questão de registrar aqui a presença do Secretário de Agricultura do Município de Parecis, Marcos Andrade Will - Marcão.

Com a palavra, o senhor Marques Mauro.

O SR. MARQUES MAURO ABREU RIBEIRO - Bom dia a todos. Meu nome é Marques Mauro Abreu Ribeiro. Eu sou da Linha 125, Distrito de Flor da Serra, Município de Alto Alegre dos Parecis. Eu estou ali naquela região desde 2000. Então, na época desse último zoneamento aprovado, muitos sofrimentos, igual o senhor Aristeu falou ali, antigo na região também, já sofremos muito naquela região.

Eu era um moleque sonhador naquela época, 20 anos de idade, hoje estou com a cabeça branca. E assim, a gente vem batalhando esse tempo todo e a gente nunca teve uma segurança. Trabalhando, trabalhando, mas não tem uma segurança. Por exemplo, eu estou criando gado, que é o meu caso, será que eu vou poder continuar criando gado nessa região? E, pelo que eu entendi aí, é uma segurança que vamos ter para o futuro, não é? Porque, eu tenho duas meninas, o meu objetivo é deixar aquilo ali para elas. Será que eu vou deixar uma coisa boa para elas? E é isso que a gente quer, eu acho que a maioria de todos aqui que trabalham. Tipo assim: futuro dos nossos filhos. E a gente quer o melhor para eles.

E, pelo que eu vi, pelo meu entendimento, isso já é um grande avanço para nós. Vai ser muito benéfico para a grande maioria. É claro que nunca vai abranger 100% das pessoas, porque é uma coisa que não existe. Mas, eu acredito que é uma coisa muito boa para todos nós. Muito obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Obrigado, senhor Marques. E registrar também a presença da Faperon, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia. O Doutor Tiago está aqui representando a Faperon.

Então, nós encerramos nesse momento...

O SR. NILDINEI TILZ RACH - Eu preciso falar... (**fora do microfone**)

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - É porque eu não consigo ouvir todos. Eu quero ouvir todos, não é? Mas se a gente abrir... Eu vou fazer uma exceção aqui, você vai me ajudar, porque se eu for abrir para todos falarem, a gente não cumpre aqui o compromisso. Está bom? Vou pedir para ser breve porque nós precisamos ouvir as autoridades. Por gentileza, o senhor se identifica e faça sua fala.

O SR. NILDINEI TITZ RACH - Bom dia a todos, meu nome é Nildinei Titz Rach, sou Presidente da Associação Asprocraz, lá do Baixão. Estou aqui representando 210 sócios da nossa associação lá do Baixão. Eu quero cumprimentar os produtores em nome do seu Luiz; cumprimentar o Deputado Delegado Lucas, cumprimentando todos os deputados; o nosso Prefeito Robson, os vereadores. Vou ser mais breve.

Eu, como Presidente da Associação, quero garantir que todos os produtores participem dessas Audiências Públicas. Eu exijo que nós sejamos incluídos em todas as Audiências Pública. Nós não vamos aceitar um zoneamento, deputado, feito de cima para baixo. Nós precisamos de um zoneamento que

atenda as pessoas que vivem da terra, que trabalham na terra honestamente.

A gente sabe da importância desse zoneamento para proteger nossa biodiversidade, nossos recursos naturais. Esse zoneamento dá condições ao produtor acesso à terra, infraestrutura, à produção sustentável. Pelo que eu vi ali, nas imagens, está ficando 4% do nosso Estado em uma Zona 2 ainda, inclusive a nossa região.

Eu queria que todos os produtores que têm terra, no Baixão, erguessem a mão aí. Todos esses produtores, na imagem que eu vi ali, vão continuar na zona 2.1. Nós já esperamos, deputado, 25 anos para a aproximação desse zoneamento. E eu gostaria que esse zoneamento, igual eu falei, não seja de cima para baixo. Porque pegaram um quadro ali, ficou um quadro, bem onde é cerrado. Eu levo lá qualquer um de vocês, pode ir os órgãos ambientais, não tem como viver de extrativismo lá.

Isso eu vi, nas imagens, que tinha as áreas que tem plano de manejo, tem tudo, está ficando na Zona 1. E nós estamos ficando lá, produzindo. Só na Linha em que eu produzo, lá, tem mais de três mil cabeças de gado. Vai continuar? Esse gado vai ter que sair de lá, porque não é permitido gado? Entendeu?

Aí eu queria que se tivesse oportunidade de a gente participar de todas as oitivas, levar em consideração. É uma área muito pequena. Porque, se nós deixarmos passar essa oportunidade, deputado, nós vamos ficar 4% da população. Quando vocês vão colocar esse zoneamento para ser votado de novo, para atender a gente em 4% da população? Entendeu? É quase impossível.

Por isso, eu queria estar participando em todas as oitivas, representando todos os nossos produtores, para

estar exigindo isso daí. Se fosse possível para a gente reivindicar melhorias para o nosso lugar.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Obrigado, Presidente Nildinei. Eu acho que a Assembleia Legislativa cumpre aqui um papel muito importante quando ela vem e se aproxima da comunidade. Em outros tempos, o movimento foi diferente, e vocês vão se lembrar. Como era o movimento? Vocês tinham um ônibus aqui, ia parar onde? Lá em Porto Velho. era aquela luta de vocês. Sabendo dessa dificuldade, nós tratamos isso com o Governador da vontade de se aproximar, de estar presente.

"Ah, o zoneamento." E eu entendo, às vezes, a nossa indignação, porque acabam chegando decisões que eu não tinha conhecimento. A Audiência Pública acontece justamente para ter conhecimento do que é possível e está sendo definido lá na frente.

Outra coisa, existem as regras e nem sempre vai ser o que eu quero. Nem sempre vai ser da maneira que eu gostaria que fosse. Agora, o que nós precisamos fazer é construir com vocês um ambiente o mais saudável possível, dentro das melhores condições para todos. E aqui a gente precisa pensar, inclusive, nos dois aspectos. No sustentável, e caminhar isso de maneira paralela com o desenvolvimento. Essa é a nossa responsabilidade. E é por isso que as audiências acontecem.

Nós estamos lutando para fazer uma divulgação que alcance todos aqueles que têm interesse. Não tem interesse no zoneamento só produtores. Tem mais gente que tem interesse, que defende, de repente, um ponto de vista diferente. A nossa missão é fazer, "olha, a Assembleia Legislativa está fazendo esse trabalho." Os técnicos da Sedan

estão fazendo um trabalho dentro de uma margem de legalidade que a gente possa, de fato, melhorar.

E eu concordo com o Presidente Nildinei. Vocês não esperaram 20 anos. Nós estamos sob a vigência de um zoneamento há 25 anos. Há 25 anos. Na minha concepção, o momento propício, com muita responsabilidade, com muita responsabilidade, para a gente conseguir uma nova aproximação, é esse. Inclusive, é em 2025, não é 2026.

A minha leitura é que se isso se estende para 2026, eu tenho medo, Deputado Lucas, que nós podemos ficar aí mais 25 anos. E aí serão os filhos, os netos, que vão estar em ambientes como esse, reclamando, "olha, por que não resolveram isso a 25 anos atrás?" Nós estamos fazendo por quê? O Estado mudou. Então, agora a gente precisa ter muita responsabilidade dentro dessa discussão, ser honesto, ser transparente com aquilo que nós estamos trazendo para vocês.

Agradeço a participação de todos aqui, que nós tivemos a alegria de ouvir. O momento agora é de ouvir as nossas autoridades. Para não ser cansativo ao nosso público aqui, vou pedir também para que sejam breves nas palavras. Nós vamos começar ouvindo a Albertina, que representa aqui a nossa Emater.

A SRA. ALBERTINA MARANGONI BOTEGA - Meu bom dia a todos. Vou pedir licença e vou levantar. Em nome da Emater, aqui representando o presidente, Luciano Brandão; Paulo Henrique, que é o gerente regional; Devanil, que é o gerente local, e hoje eu estou lá na supervisão da Emater em Rolim de Moura.

Gostaria aqui de parabenizar, deputado. O Deputado Ismael Crispin, a Deputada Dr^a Taíssa, que eu tive o prazer de conhecer hoje; e o Deputado Lucas. Os três e a Sedam. Por

quê? Na verdade, deputado, até hoje, todo mundo vem empurrando com a barriga. Os outros deputados que foram passando, esse é um tema tão polêmico como foi colocado aqui, que todo mundo prefere não tomar partido, deixar passar para a próxima.

E graças a Deus que você teve a coragem de assumir essa Comissão, eu acredito em vocês todos da Assembleia Legislativa que vão conseguir fazer esse trabalho que é a reclassificação do zoneamento. Isso vai economizar muitas lágrimas de produtores, de produtoras, que não sabem se eles vão deixar a terra deles para quem. Se o filho vai ter alguma coisa, às vezes o pai até morreu achando que deixou para o filho. Se vai deixar para os netos, aos bisnetos. Vocês tiveram a coragem de assumir essa missão de regularizar a questão do zoneamento no Estado de Rondônia.

Nós da Emater, juntamente com o pessoal de Alta Floresta, o nosso Vice-Prefeito Dena, o prefeito que está representando lá o seu município, a gente conhece todas as regiões de cada município. E sabe onde está a produção.

Então, o que a gente coloca aqui? Realmente o Governo do Estado, a gente acredita que a partir do momento em que vocês tiverem esse documento pronto, o nosso Governador, com certeza, vai sancionar para que os produtores tenham segurança. Segurança para procurar crédito, que até hoje, o crédito deles é de juro normais. Eles não têm direito a crédito especial como agricultura familiar. Nenhum. Eles buscam o crédito no banco, como muitos estão devendo, mas há juros altíssimos. Não é subsidiado pelo governo federal.

E isso vai mudar a história do Estado de Rondônia. Parabéns. Parabéns a todos vocês, Secretário de Agricultura, parabéns mesmo. E aqui, Deputado Crispin, leve um abraço da Emater a todos os deputados e nós confiamos em vocês.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito obrigado, Albertina. Nós convidamos para a palavra o Presidente da Câmara Municipal, de Alta Floresta D'Oeste, o Vereador Natã Soares, neste momento representando todos os vereadores da Câmara aqui de Alta Floresta.

O SR. NATÃ SOARES - Bom dia a todos. Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do Deputado Ismael Crispin, Deputado Delegado Lucas, Deputada Dr^a Taíssa, nosso Prefeito Robson, a Emater, representada; nosso Secretário da Sedam, Senhor Marco Antonio; e o nosso Secretário de Agricultura, Marcos Paulo.

Eu quero dizer, deputado, da importância desse tema para o município de Alta Floresta e para todos os municípios que aqui se fazem presentes. E nós entendemos a necessidade da atualização desse zoneamento. A gente viu aqui relatos de pessoas que vivem nessa área, da produção que essa área traz ao Estado de Rondônia.

Então, a gente precisa fazer alguma coisa. E a gente conta com o nosso Poder Executivo do Estado de Rondônia, na pessoa do nosso Governador, o Coronel Marcos Rocha, que vem trazendo muito desenvolvimento ao Estado de Rondônia. Então pedimos encarecidamente, urgentemente, aos representantes aqui do Governo do Estado de Rondônia, que mandem esse Projeto de Lei, urgentemente à Assembleia Legislativa.

A gente sabe, os nossos produtores rurais aqui, sabem a importância. Hoje, deputados, eles trabalham com uma nuvem negra em cima da cabeça. Isso assombra nossos produtores. Isso assombra. Então, nós precisamos dar condição,

precisamos dar fôlego, a gente precisa dar crédito aos nossos produtores que tanto fazem pelo Estado de Rondônia.

Mais uma vez, parabenizar aos deputados por trazer à tona esse tema, no ano de 2000 foi a última atualização. É a atualização que está em vigor hoje no Estado de Rondônia. Isso tem praticamente 25 anos.

E todos os produtores aqui têm mais de 25 anos nessa área e sabem o que essa área produzia a 25 anos atrás e qual o potencial de produção hoje. Então, a gente pede urgentemente, nos socorra, nos ajude, ajude nossos produtores aqui de Alta Floresta, das regiões vizinhas. Vamos aprovar a atualização desse zoneamento.

Quero parabenizar a engenheira Débora, pela explanação. A gente tinha algumas dúvidas que ficaram esclarecidas. Parabéns pelo trabalho. A gente vê que esse trabalho foi muito bem feito e está pronto para se transformar em Projeto de Lei, ser aprovado e dar tranquilidade aos nossos produtores do Município de Alta Floresta.

Não quero deixar aqui de agradecer à ACIAF por ter fornecido espaço aqui, para esta importante Audiência. Agradecer aos nossos companheiros da Câmara, o Vereador Nenão, que se faz presente, o Vereador Álvaro, que está aqui. Quero dizer a importância desse tema no Município de Alta Floresta e no Estado de Rondônia. Quero agradecer, mais uma vez, por toda essa dedicação dos nossos deputados, das nossas autoridades aqui, que representam o Executivo do Estado de Rondônia. São essas minhas palavras. Fiquem todos com Deus. Forte abraço.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Obrigado, Presidente, Vereador Natã. Nós vamos ouvir o nosso Vice-

Prefeito Robson Ugolini. E eu quero justificar aqui a ausência do Prefeito Gio Damo, o Gio foi entusiasta para momento aqui, mas coincidiu com outra agenda de responsabilidade dele, também, como prefeito, e ele enviou um vídeo, e eu não sei se já receberam aí? Robson me permite passar porque acho que é uma fala importante, da maior autoridade aqui do nosso município, se estiver no jeito, pode passar a fala do Prefeito Gio, Prefeito aqui de Alta Floresta.

O SR. GIO DAMO (Áudio de vídeo) - Olá pessoal, população de Alta Floresta, do Estado de Rondônia, estou aqui hoje, juntamente com o Vereador André e com Eder muito bem acompanhado aqui no município, esse grande município do oeste catarinense, Município de Chapecó. Eu digo sempre que eu sou catarinense de nascimento e rondoniense de coração, estou ao lado do Vice-Prefeito Valmor Scolari e o grande prefeito, um dos maiores prefeitos, hoje, do Brasil, João Rodrigues, também sou grato por estar nos recebendo, João.

Vamos dizer, João, ao povo de Alta Floresta D'Oeste, que hoje nós estamos passando por situações e nos desenvolvendo, principalmente no setor produtivo, e coincidiu aqui, juntamente com a Audiência ali em Alta Floresta, que é Zoneamento Socioeconômico, e eu quero agradecer e parabenizar ao Deputado Ismael Crispin, a todos os Parlamentares do Estado de Rondônia, da importância de trazer *in loco* no Município de Alta Floresta, o auditório lotado. O zoneamento vai tirar algumas injustiças, onde o produtor vai deixar uma área maior e com a segurança que ele vai produzir e poder vender.

O SR. JOÃO RODRIGUES (Áudio de vídeo) - Muito bem, foi um prazer imenso receber vocês aqui. Santa Catarina é o Estado modelo na questão ambiental. Essa discussão já tivemos aqui.

No passado, a dificuldade do nosso produtor em trabalhar, em produzir era gigante, e não era nem devido à Legislação Ambiental. Eram regras absurdas, criadas, que inviabilizavam a produção rural. E esse assunto foi resolvido com a boa vontade do Governador, à época, Luiz Henrique da Silveira, e com a Assembleia Legislativa.

Os equívocos precisam ser corrigidos. Proteger o meio ambiente, preservar a mata ciliar, cuidar dos rios, cuidar da natureza, isso é obrigação de todos nós. Agora, permitir que o produtor trabalhe, produza, ocupe o espaço sem causar o dano, isso chama-se preservação, isso é preservação.

Não é confundir onde determinado grupo "mete" fogo na mata, e na maioria das vezes não é o produtor quem faz isso. Então, a regra tem que ser bem esclarecida, bem arrumada, para que quem produz não seja punido. E somente a Assembleia Legislativa, junto com a boa vontade do Governo do Estado, consegue mudar o jogo. Com a boa vontade de todos, vai dar tudo certo aí. Abraço, prefeito. Abraço a todos vocês.

O SR. GIO DAMO (Áudio de vídeo) - É isso aí, povo, continuem unidos. Vamos discutir. Parabéns, Assembleia. Parabéns, vereadores de Alta Floresta. É isso aí. Gestão simples, mas muito eficaz.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Com a palavra, o vice-Prefeito Robson Ugolini.

O SR. ROBSON UGOLINI - Obrigado, obrigado, Deputado Ismael Crispin. Muito bom dia a todos. Muito bom dia a todos. Agora sim! Nós estamos discutindo em uma Audiência Pública, então a gente tem que estar com gás e com força para querer, de fato, o que a gente anseia e almeja.

Gostaria de cumprimentar e parabenizar o Deputado Ismael Crispin, pela habilidade, por toda a organização, junto com a Deputada Taíssa - seja sempre muito bem-vinda à Alta Floresta; e também, o Deputado Estadual Delegado Lucas. São parceiros aqui de Alta Floresta, vêm contribuindo e a gente fica muito honrado por Alta Floresta.

E eu, na condição de vice-Prefeito, o Prefeito Gio está no Estado de Santa Catarina - lá também, buscando novos projetos, buscando projetos exitosos para trazer para Alta Floresta. Essa é a nossa missão de desenvolver o nosso município.

Gostaria de cumprimentar também, o Secretário da Sedam, Doutor Marco Antônio, e na sua pessoa, também cumprimentar Valdinei, grande parceiro nosso, servidor da Casa, também lá da Sedam.

Cumprimento o Presidente da Câmara Municipal, Natã Soares, pelo qual gostaria de cumprimentar todos os nossos vereadores que estão participando; vereadores de outros municípios também.

E agora, gostaria também de cumprimentar o Secretário da Seagri, que é de fato o nosso carro-chefe do Estado, que é o nosso agro, nosso parceiro Luiz Paulo. Senhor Luiz Paulo muito obrigado, leve um grande abraço a toda a equipe do governo. E senhora Albertina, representando aqui a Emater.

Pessoal, é um momento ímpar aqui para a Alta Floresta. Como eu já disse, a gente fica muito honrado em, de fato, acontecer uma Audiência Pública aqui no nosso município. É a segunda Audiência Pública provocada no Estado de Rondônia para discutir um assunto tão pertinente e importante para o desenvolvimento do Estado.

De fato, nós vivemos momentos de desenvolvimento, de construção, mas para isso, nós temos que destravar algumas situações e corrigir algumas coisas que vêm do passado. E aqui todos os produtores que tiveram oportunidade, mencionaram muito bem, porque estão lá.

O Estado de Rondônia é um Estado rural. Se a gente pegar toda a questão de todos os municípios, foram construídos através da zona rural. Aqui são filhos, nós somos filhos de produtores rurais. E todos que estão aqui têm algum vínculo. Que é de fato o nosso Estado, é essa aptidão, é a aptidão rural.

Então, pessoal, em nome, novamente, do Deputado Ismael Crispin, a gente fica muito feliz. Porque é essa construção que o Nildinei falou, mencionou a Kátia, também, e todos os produtores. O momento é agora, é construção. A Audiência Pública serve para isso. As políticas públicas construídas, ouvindo, tendo participação da população, a gente corrige muitas situações e a gente não corre o risco de errar tanto.

Eu falo como gestor público. Eu falo hoje, na condição de vice-prefeito, é a gestão participativa, é escutando na ponta, que a gente tem a condição de ter mais assertividade. E mais assertividade nas políticas públicas. Então, se foi feito algo lá no passado, que está há muito tempo, nós temos que ter coragem de mudar. Temos que ter a coragem de mudar. É para isso que nós estamos no cargo. Se não, não tem condição

nenhuma para a gente estar onde nós estamos. É para isso, é para lutar, é para escutar e, de fato, a gente se organizar.

Então, pessoal, gostaria também de agradecer, na pessoa do Marcelo Rover, o espaço da ACIAF. Muito obrigado, Marcelo, que a partir do momento que nós fizemos o contato, já disponibilizou. Fico muito agradecido mesmo, de fato, a todos os nossos produtores rurais, que através de um chamado, um convite, vieram aqui. Isso, sim, tem que ser exaltado, porque é a participação popular.

Eu nunca vi Estado nenhum, país nenhum, se desenvolver sem escutar as pessoas. E para que ter cargo político se não escutar as pessoas. Nós estamos aqui por condição de vocês. Então é para isso.

Claro que sempre ouvindo também a parte técnica. Eu gostaria aqui de parabenizar a Doutora Débora, explanou aqui situações muito bem, trouxe informações que muitas pessoas não tinham. Isso é importante para a gente, e como eu falei, é a hora da construção. A construção é através das audiências públicas, a gente dá voz, dá condições, e aí a gente vai cada vez melhorando.

E nessa condição de desenvolvimento que nós estamos atravessando, todo o Estado de Rondônia, eu queria trazer alguns números aqui que trazem a importância que é a atualização do zoneamento. Alta Floresta, hoje, o nosso município tem mais de 200 propriedades rurais licenciadas com a piscicultura. Muito forte na piscicultura nós estamos.

Alta Floresta, hoje, é o segundo maior produtor de café. Nós temos uma produção de café gigante que cada vez vem aumentando. Alta Floresta, hoje, tem o quinto maior rebanho de gado, está aqui. Alta Floresta, nos últimos anos, pessoal, isso aqui são dados do IBGE, nos últimos anos aumentou em

85% o crescimento do milho, 85%. E mais de 90% na produção de soja. Olha só o desenvolvimento que é o nosso município.

Olha o município rico que é, porque tem gente trabalhadora, tem gente que desenvolve. E para isso, nós, gestores públicos, temos que fazer com que as leis contribuam e continuem a ajudar o nosso produtor rural e também o desenvolvimento dos municípios.

Então, eu trago para vocês alguns dados que mostram a relevância que é e o quão importante que é a correção, a atualização do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia.

Trago aqui e levo um abraço do Prefeito Gio, de toda a nossa equipe da prefeitura municipal. E estamos à disposição para escutar, para ouvir e também a gente fazer as correções que têm que ser feitas. Muito obrigado e Deus nos abençoe.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito obrigado, Prefeito Robson.

Convido para a palavra o Secretário de Estado de Agricultura, Seagri, Luiz Paulo.

O SR. LUIZ PAULO DA SILVA BATISTA - Bom dia a todos, prometo ser rápido, porque não vou me alongar mais, não. Afinal de contas, as estrelas desse evento são as senhoras e os senhores. Mas quero cumprimentar de uma forma muito especial e rápida aqui o Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Deputado Ismael Crispin, o proponente desta Audiência Pública.

Cumprimentar aqui também o Deputado Estadual Delegado Lucas; o Vice-Prefeito Robson. Em seu nome, cumprimentar

toda a equipe da prefeitura, o Prefeito Gio; a minha amiga Albertina, que representa aqui a Emater do Estado de Rondônia o Presidente Luciano Brandão; a Deputada Dr^a Taíssa, que é lá de Guajará-Mirim, que também está aqui presente. Obrigado por sua participação. Meu amigo e irmão, Secretário da Sedam, o Marco Antônio, parabéns pelo trabalho, por sua voz; e o Presidente da Câmara, o Natã Soares, que representa todos os vereadores.

De uma forma muito carinhosa, cumprimentar também aqui a Associação Comercial, que cedeu espaço; a Faperon, a Aprosoja, todos os prefeitos, na pessoa aqui do Maxlei, cumprimentar todos os prefeitos que aqui se fazem presentes, vice-prefeitos, a FACET e todos os vereadores, em especial aos senhores produtores rurais. Seagri aqui na pessoa do amigo Carlinhos. O Adeilson, que é Secretário Regional, obrigado por estar aqui conosco.

Eu quero só contribuir com alguns dados e parabenizar a senhora Doutora Débora. A senhora, de uma forma muito didática, trouxe informações que eu confesso que eu saio daqui, inclusive, com a aula que a senhora me deu. Obrigado, porque é importantíssimo nós tomarmos conhecimento por meio de uma audiência pública que a Assembleia Legislativa faz para ouvir a comunidade.

É como o Deputado Ismael Crispin, que pontuou. Nem tudo será resolvido como nós queremos, mas o mais importante é ouvir a população como está sendo ouvida, que é para poder, como disse o amigo, não vir de cima para baixo. Aqui vai ser feita uma Ata, provavelmente, tudo está sendo colhido, as informações, e os encaminhamentos serão feitos.

Mas eu também quero fazer uma pontuação, um apontamento, da Kátia. Kátia está aqui, não é? Kátia, quando você falou que, inclusive, o Governador Coronel Marcos Rocha, naquela

oportunidade, não sancionou, a senhora está coberta de razão, porque seria um retrocesso, seria um prejuízo. Então, parabéns para a senhora trazer isso à tona, porque, infelizmente, às vezes algumas pessoas têm o condão de querer trazer a desinformação para poder desagregar cada vez mais. E a união é que vai fazer com que nós rondonienses, produtores, enfim, possamos caminhar para frente e não retroceder. Então, parabéns por sua fala, eu te agradeço.

E para agregar aos dados que o Vice-Prefeito Robson trouxe, eu quero trazer também aqui que quando a Doutora Débora falou que representa 19% a produção no Estado de Rondônia, isso remete a um valor, Deputado Ismael Crispin. Rondônia hoje, em um ranking em nível nacional, Rondônia, que é um Estado recém-criado praticamente, um filhote, podemos dizer assim, é um Estado extremamente novo.

Rondônia, senhoras e senhores, ocupa a 12^a colocação no valor bruto da produção. Ou seja, a soma de tudo que é produzido, seja em grãos, seja no café, carne, enfim, ocupa a 12^a colocação, produzindo na ordem econômica mais de R\$ 26 bilhões, R\$ 26 bilhões. Nós estamos à frente de Estados que têm já anos de construção. Então isso para nós é um motivo de muito orgulho e com destaque para essas culturas, como o café, a soja, o milho, o tambaqui, o cacau.

Então, tudo isso passa pelo que nós estamos trabalhando aqui, para que cada vez mais o Estado possa desenvolver. Então, quero agradecer mais uma vez, quero trazer um abraço ao nosso Governador Coronel Marcos Rocha, Deputado Ismael Crispin, que nesse momento está em Brasília, reunido, para que possa trazer mais recursos para o Estado de Rondônia e fortalecer as nossas cadeias produtivas de uma forma muito ampla e muito significativa.

Que Deus abençoe a todos, que tenhamos sucesso cada vez mais e parabéns pela Audiência Pública e que Deus possa nos abençoar.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito obrigado, Secretário Luiz Paulo.

Com a palavra, o Secretário do Estado de Desenvolvimento Ambiental, Marco Antonio Lagos.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Serei bem breve, já cumprimentei a todos. Vou só cumprimentar, foi uma fala do Professor Libério. Eu teria que ver, quando você fala assim, é uma área federal, a que título ela é? Que tipo de área que é? É meramente propriedade da União? É uma reserva federal? Se ela é uma reserva federal criada por lei federal, somente lei federal pode revogar. Se ela é uma propriedade da União, não há nenhuma questão, o zoneamento pode tratar, sim. Não há nenhum problema quanto a isso.

O SR. LIBÉRIO FERREIRA QUINTÃO - Pode ser que tenha sido criada como uma comunidade quilombola remanescente ou área indígena.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Perfeitamente. Se isso for criado por lei federal, não passa pela Assembleia, não passa pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental, infelizmente ela passa a ter restrições, conforme determina a lei, o SNUC, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

O SR. LIBÉRIO FERREIRA QUINTÃO - Esse morador da propriedade de intervenção judicial, aquele que levou essa multa de quase R\$ 2 milhões, que a propriedade dele vale menos de R\$ 700 mil.

Qual seria o ponto de vista do poder do Estado em questão dessa criação do zoneamento, se não há uma decisão definitiva judicialmente?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Desmatamento é uma coisa. Se ele levou a multa, ele tem que procurar alguém para fazer a sua defesa, tanto administrativa; não concordando com a decisão administrativa, deve ele procurar judicial. Fazer defesa junto ao Poder Judiciário.

Então vou encerrar, porque depois a todos, eu deixo aqui o recado a toda a população, a todos que tenham contribuição, opinião para dar, façam, por escrito, junto ao nosso Escritório Regional de Alta Floresta, assim como quem é de outras regiões, da cidade de Rolim de Moura, que tem Escritório Regional, pode levar a sua reclamação, a sua sugestão, a sua opinião, à Secretaria de Estado.

Nós estamos de braços abertos a receber a opinião. Iremos ouvir todos para tentar fazer o melhor para o Estado de Rondônia. Essa é a ordem do nosso Governador Coronel Marcos Rocha, ouvir e tomar a melhor decisão possível, e com certeza contaremos com o apoio da Assembleia Legislativa para isso. Muito obrigado a todos, um forte abraço.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Agradecemos aqui a participação do Secretário Marco Antônio Lagos.

E eu convido para a palavra o Deputado Estadual Delegado Lucas. E aqui a gente vai caminhando para finalizar a nossa Audiência Pública.

O SR. DELEGADO LUCAS - Bom dia a todos. Eu quero agradecer a Deus por essa oportunidade. Esse é um tema que muito nos interessa, porque reputo como ser talvez o tema mais relevante para a discussão no Estado de Rondônia, mas pelo compromisso aqui em manter a essência de uma Audiência Pública em que o palco maior das falas tem que ser da população e por respeito aqui, sobretudo, ao meu Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Deputado Ismael Crispin, vou tentar ao máximo ser bem sucinto nas minhas falas.

Não posso deixar de cumprimentar aqui o nosso Presidente Ismael Crispin, que assumiu neste biênio a Presidência da Comissão de Meio Ambiente. É um grande ganho, um presente para o Estado de Rondônia, porque temos plena convicção de que está em boas mãos, pela capacidade técnica, pelo comprometimento, pela determinação de trabalho. E a prova disso, o exemplo disso é que estamos todos aqui, hoje, nesta segunda Audiência Pública, a primeira foi Cerejeiras.

Será uma série de audiências públicas que trazem de volta esse debate, essa relevância, essa urgência da provação desse zoneamento para que o Estado de Rondônia possa ter segurança jurídica, os seus produtores rurais possam continuar promovendo o desenvolvimento e o crescimento econômico do nosso Estado.

Então, parablenzo aqui de público o Deputado Ismael Crispin, que sabe da minha admiração e do meu respeito.

Parabenizo também a Deputada Dr^a Taíssa, que é a Vice-Presidente dessa Comissão. E para quem acompanha o trabalho dela, que assim como eu de primeiro mandato, sabe do envolvimento dela de verdade e o comprometimento dela com essa causa, com essa bandeira em prol do setor produtivo, do produtor rural do Estado de Rondônia.

A Deputada Dr^a Taíssa, eu costumo brincar de que ela é "uma tratora" para trabalhar. Ela parece que não dorme, não para em casa. O marido dela deve ter arrependido de deixar ela sair para a política. Se tiver 10 audiências públicas em um dia, ela está nas 10, eu não sei como. Ela vai, ela está sempre próxima da população.

E isso é muito importante, porque ela consegue, assim como nós que estamos aqui hoje, extrair da população as peculiaridades, as nuances que nós, como membros de uma democracia representativa, devemos saber para melhor representar a população. Então parabéns, Deputada Dr^a Taíssa, pelo seu comprometimento com essa causa, com essa bandeira.

E queria dizer que eu fiz questão de estar nessa Comissão, briguei para ter uma cadeira nela, porque entendo que nós temos que juntar as pessoas que têm essa determinação para que as coisas aconteçam. O vice-prefeito aqui já foi vereador, sabe que no órgão colegiado nós precisamos ter sempre um convencimento para que as coisas aconteçam da melhor forma para o Estado de Rondônia. Ninguém sozinho faz nada.

Então, por isso, que eu faço questão aqui de enaltecer o nome dos meus colegas e amigos deputados. Nós somos um grupo que temos que nos unir no que for de bom para o Estado de Rondônia e nos unir para barrar aquilo que for malefício.

Eu quero cumprimentar aqui os Secretários de Estado, em nome do Governador Coronel Marcos Rocha. Cumprimentar o Doutor Marco Antonio Lagos e o Luiz Paulo, Secretário de Meio Ambiente e Agricultura, respectivamente. Quero cumprimentar o Vice-Prefeito, prefeito em exercício, Robson Ugolini, mande o nosso abraço para o Prefeito Gio. Cumprimentar todos os vereadores presentes em nome do Natã, Presidente da Câmara Municipal; a Senhora Albertina, representando aqui todos os ematerianos, cumprimentar o Nilde, em nome dele toda a população não só de Izidolândia, mas da cidade de Alta Floresta.

Pois bem, quando eu me elegi, senhoras e senhores, há dois anos, até então eu recebia, periodicamente, vídeos no meu telefone celular de produtores rurais sofrendo, sendo despejados, tendo as suas casas construídas com muito suor, muito esforço, derrubadas na motosserra, a produção sendo queimada.

E a gente quando via um vídeo desse não tem como não se compadecer, todos nós temos coração e a gente sabe como é sofrida a vida na roça. Está aqui o pessoal da Faperon, da Aprosoja, Victor e o Doutor Tiago, que representam muito bem esse segmento.

E quando a gente vê um vídeo desse, prefeito, a gente pensa, "Meu Deus, os políticos têm que fazer alguma coisa contra isso. Os políticos precisam entender que isso aqui está errado, que algo precisa ser feito." E aí hoje nós estamos aqui, do lado de cá da Mesa. E quando a gente entra no mandato, a gente pensa, nós vamos defender essa bandeira. O que é que nós vamos fazer para impedir que isso aconteça? O nosso Estado não é uma terra sem lei, o produtor não pode ser criminalizado.

E aí nós começamos a esbarrar nos diversos empecilhos, nas adversidades que existem. As coisas não são, o prefeito aqui falou muito bem, que é muito complexo. Então, nós ficamos muitas vezes, e aqui é um desabafo, com um sentimento de impotência, porque a gente sente esganando na garganta a vontade de gritar para que as coisas mudem da noite para o dia, mas não depende simplesmente de uma canetada nossa.

Se fosse possível, um Projeto de Lei hoje, que nós pudéssemos assinar aqui e propor, para que a partir de amanhã o Estado de Rondônia fosse 100% Zona 1, e todo mundo pudesse desmatar 100% da sua propriedade, a Assembleia de repente proporia isso, por mais irresponsável que fosse.

Mas pelo clamor, vocês chegam para a gente, a gente está em contato com o povo, nós não somos deputados que ficam escondidos, trancados dentro de gabinetes, a gente está no meio do povo. E a gente recebe os vídeos, recebe as fotos, a gente vai nas famílias, a gente vê os relatos. Mas, vir para cá e falar que nós vamos fazer um Projeto de Lei desse é mentir, enganar a população, iludir. E ninguém aguenta mais ser enganado pelo político, gente.

Então, a gente tem que falar o que é viável, o que é exequível, o que é possível dentro do cenário que a gente encontra. Nós temos que entender o Governo Federal que está posto perante nós, as leis federais que exigem que são vigentes, e entender o que é de competência da Assembleia Legislativa legislar. Então, se a gente pudesse falar para vocês que a gente ia criar uma lei, tirando só o que for rio, nascente, pode derrubar tudo, é mentir.

A gente está aqui para dizer o que é possível ser feito. E o que é possível ser feito? Sendo verdadeiro. Porque se for para enganar alguém, eu renuncio o meu mandato e volto para a delegacia e continuo o meu trabalho lá. Eu não vim na

política para sujar o nome que eu tenho, que é o único legado que eu tenho. A gente trabalha com a verdade.

O que nós podemos fazer? Nós podemos entender as ferramentas que existem e trabalhar para que seja o trabalho mais técnico possível, para que ele não seja cancelado e anulado lá na frente, mas da forma que contemple a nossa população no que tiver possível dentro do que a lei autoriza.

Está aqui o Natã, que é vereador e Presidente da Câmara, ele não pode propor uma lei dizendo que a partir de amanhã Alta Floresta tem praia. Vai ser uma lei vazia, vai ser um pedaço de papel que não serve para nada. No outro dia é cancelado e acabou.

Hoje, Rondônia, hoje, desde 2000, a Doutora Débora falou e recebeu elogios aqui merecidos. Hoje, Rondônia tem 50% de Zona I, 50% de Rondônia pode produzir. É um dado que parece, não, está bom, metade do Estado está bom. Mas isso é uma ilusão porque - ela não iludiu ninguém -, ela falou claramente, só para deixar claro aqui: 50% pode ser utilizado para produção, dos quais, 80%, se fosse os 50% floresta, vou arredondar, estamos falando de uma forma simples para passar uma mensagem. Dos 50% que pode produzir, 80% não pode derrubar, ou seja, dos 100% de Rondônia, só 10% pode produzir. Considerando que é tudo floresta. Tem cerrado, tem peculiaridades e tem aquilo que foi desmatado antes de 2008, que teve o Código Florestal que anistiou, que já era consolidado.

Mas, Rondônia consegue continuar crescendo, promover, gerar emprego, renda, ter recurso - porque a gente é um Estado que vive de arrecadação de tributos - com apenas 10% da sua área produtiva sendo apta para produção? Não. Tem que aumentar, tem que ampliar, nós temos que crescer. E nós temos

grandes problemas hoje em áreas que são unidades de conservação.

E o zoneamento não torna nenhuma área da unidade de conservação desafetada. Foi dito pelo Secretário. Então, que fique claro. "Ah, eu estou em uma área que é a unidade de conservação de proteção integral, Zona 3." O zoneamento não desafeta essa área.

Então amanhã, se o Governador mandar, e eu quero crer que mandará, é um compromisso dele para a Assembleia o zoneamento, quem está em área de reserva, com o zoneamento não deixará de estar em área de reserva. É preciso de uma outra lei que desafete. E essa desafetação tem um grande empecilho, para dizer assim, que é o princípio do não retrocesso ambiental.

E eu quero fazer justiça aqui. Eu quero fazer justiça aqui ao Governador Coronel Marcos Rocha, porque não é um político como nós estamos acostumados; e talvez por isso pague um preço, porque muitas pessoas para fazer politicagem atacam; e ele talvez até por uma falta de aptidão, porque é uma pessoa que veio para essa missão de fora da política, todos nós sabemos, não consegue deixar claro. E isso é papel nosso, de trazer essa verdade à tona para todos que possam ouvir e pulverizar isso no Estado de Rondônia.

Então, para que seja feita justiça com o Governador Coronel Marcos Rocha. O Governador Coronel Marcos Rocha, no seu primeiro mandato, teve coragem de mandar para a Assembleia Legislativa o Projeto de Lei 85, que foi o projeto que teria aprovado esse zoneamento que foi proposto aqui. Então, o governo dele, assinado por ele, encaminhou para a Assembleia. Foi apresentado.

Não foi por falta de vontade política do governo atual que não veio. Não apenas isso, o governo também encaminhou

o Projeto de Lei 80, junto com o 85, que desafetava 145 mil hectares de reserva, transformando em área produtiva, área que hoje é Zona 3. Além disso, diversos outros atos, atitudes concretas, ações que o governo fez, como por exemplo o decreto que visava cancelar o decreto do Soldado da Borracha, que até ele correu o risco de ter o mandato dele cassado por lutar, por brigar por essa causa.

Então, às vezes nós não sabemos, não ficamos sabendo, não sabemos de forma, como desinformação, como o Secretário Luiz Paulo falou muito bem, mas que seja feita justiça. E o governo reforça o seu compromisso com o produtor, com o homem do campo, com a regularização fundiária, quando autoriza o nosso Presidente a promover essa discussão para retrazer esse projeto do zoneamento.

Eu quero encaminhar para a conclusão da minha fala, eu falei que seria breve, e eu não falei nada aqui de otimista, talvez. Mas, existem muitas coisas positivas que vão sair daqui dessa audiência e que vão sair desse projeto. Primeiro, todos acompanharam o trabalho da CPI. Eu falei no começo da minha fala. Nós queremos fazer as coisas, não depende só da gente. O que é possível que nós façamos sem estar aqui vendendo ilusão para as pessoas e falsas esperanças? Primeiro, a CPI.

Esses 11 decretos que foram criados, que não foram criados por esse governo, foram pelo governo anterior, e caiu para esse governo tentar resolver. Inclusive a Ilha das Flores está contemplada na CPI. Nós expusemos todas as irregularidades, todas as ilegalidades no processo de criação. O que eles erraram lá atrás. A gente espera que seja fundamento para cancelar esses decretos, o que eles erraram lá atrás, nós não podemos fazer com o zoneamento. Isso nós estamos falando que nos decretos não teve estudo, não teve consulta pública, não teve audiência.

No zoneamento nós temos que garantir que isso ocorra para que não possa ser objeto de cancelamento, de anulação. Estamos fazendo esse dever de casa. Esses decretos serão objeto de ataque pela justiça e nós queremos crer que serão anulados. E aí serão objeto de nova discussão futuramente da sua classificação jurídica.

Agora hoje, o que de concreto já sai dessa reunião? Nós sabemos que esses 50% com esse zoneamento vai para 55, já é um ganho nas áreas produtivas; mas nós sabemos que aqui em específico, o Nildinei foi fundamental nisso, o Baixão está em uma área que é Zona 2 e permanece Zona 2. Então já... E dos 14% de Zona 2, que vai baixar para 3%, ela permanece.

Então, a gente já sai daqui, Presidente, com um encaminhamento. E essa é a importância de vir para perto da população, para que a gente identifique isso e auxilie o governo nessa construção. Então acho que já pode sair um encaminhamento aqui. Eu acompanho essa luta do Baixão. Eu sei que eles estão ali correndo risco, já fui lá com o Nildinei, já nos reunimos lá, que eles estão correndo risco ali de ser prejudicados com uma pretensão de terras indígenas. E o zoneamento é uma ferramenta para o próprio Estado falar: "Não, as nossas terras indígenas já estão demarcadas, nós não vamos aceitar uma invasão disso por parte do governo federal".

Mas, daqui já sai um encaminhamento que nós temos que sentar com todos os representantes da região do Baixão, com a Sedam, e aí fica aqui o pedido para o Secretário. Nós devemos sentar, porque essa proporção é de 1:250.000. Talvez, se fosse uma escala menor, isso não passaria despercebido nesse estudo. Mas agora a gente coloca um holofote, coloca uma lanterna nessa parte que está despercebida, para que a gente possa tentar construir com a Sedam, uma forma de contemplar essas comunidades, essa população, para que não

haja prejuízo, para que tenha que se correr daqui 10, 30 anos depois, lá na frente.

Então, já sai um grande encaminhamento. Esse projeto do zoneamento vai ser encaminhado para a Assembleia. Nós iremos votar. É importante que a gente deixe claro, e que a população diga o que concorda, o que discorda, para que a gente possa construir, para que o nosso voto seja o mais comprometido possível com o interesse da população. É o nosso compromisso.

Desculpem-me se eu fui muito técnico, mas a gente está aqui para trabalhar, não para fazer palanque no sofrimento do homem e da mulher do campo. A gente quer fazer de Rondônia um Estado em que, amanhã ou depois, como Santa Catarina está sendo exemplo para nós, a gente continue sendo exemplo para os outros Estados.

E um apelo ao nosso Secretário do Meio Ambiente, em nome do nosso Governador Marcos Rocha, que veste a camisa do produtor rural e do homem do campo, a gente está tentando trabalhar, Secretário, dentro da lei, dentro da tecnicidade; é o nosso compromisso. E nós sabemos que a gente jamais vai pedir ao senhor para prevaricar. Jamais! A lei deve ser cumprida e o senhor tem essa determinação.

Mas, enquanto a gente avança nessas pautas, — eu sou delegado da Polícia Civil há 14 anos —, o meu pedido é para que o senhor continue chamando a equipe do senhor para que seja sempre o mais humano possível, para que cumpra a lei dentro dos limites da lei, sem excessos, porque a nossa população está trabalhando, merece ser respeitada. E nós queremos crer que a Sedam continuará tendo esse tratamento. Pelo amor de Deus, eles merecem ser respeitados e nós confiamos no trabalho que a Sedam tem feito para a gente poder avançar.

Meu obrigado a todos. Fiquem com Deus e um grande abraço.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Obrigado, Deputado Delegado Lucas. Muito cirúrgico a sua fala. E é muito importante tê-lo como membro desta Comissão. Tenho certeza de que os avanços que nós vamos fazer, vamos fazer em colegiado.

Convido para a fala a Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Deputada Dr^a Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Bom dia a todos. Um bom dia especial a todas as mulheres aqui presentes! Eita, a mulherada está devagar! Um bom dia especial a todas as mulheres! Agora, sim!

Gente, cumprimentar o Presidente desta Comissão. Ele é um cara extremamente técnico, eu coaduno... Está alto o som? Mas está bom. Eu sou ribeirinha desse jeito! Escandalosa! Não tem jeito.

Mas, dizer o seguinte... Cumprimentar o meu colega de Parlamento, Ismael Crispin.

Deputado Ismael Crispin, dizer para você que isso é fruto do seu trabalho. A Comissão de Meio Ambiente, ela vem... - e a gente tem de falar de meio ambiente de forma séria - não de meio ambiente apenas de preservação e de outras coisas, mas, principalmente, em dar viabilidade de trabalho para as pessoas. É assim que a gente melhora a vida de cada rondoniense.

O Deputado Delegado Lucas é um cara extremamente técnico. Nós estamos na luta, lá, das reservas, juntos; juntamente com o Deputado Pedro Fernandes, juntamente com o nosso Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Alex Redano.

Na semana retrasada, nós tivemos a aprovação do nosso relatório, que, justamente, vai ser apresentado para o Ministério Público. E a luta continua, porque nós sabemos o absurdo que foi feito, de se criar 11 reservas dentro do Estado de Rondônia e o prejuízo que está para o povo rondoniense, e que nós não vamos aceitar.

Enquanto tiver vida, enquanto tiver coragem, enquanto tiver Assembleia Legislativa, a luta continua.

Cumprimento em especial o Robson. O prefeito falou muito bem. A gente vê Santa Catarina, o desenvolvimento que tem; a gente vê outros Estados se desenvolvendo cada vez mais e houve vários avanços nessa questão de legislação. O que está lá é o que a gente quer aqui. Aqui é a nossa terra e aqui a gente continua lutando para fazer regularização fundiária.

Albertina, representando a Emater, um abraço enorme! A Emater faz um trabalho na ponta, primordial. A gente sabe que precisa de mais recursos, de mais desenvolvimento. E lá na Assembleia Legislativa a gente está lutando muito, todos os parlamentares, pela questão salarial, porque eu sei que faltam muitos técnicos. A gente precisa desse fortalecimento.

Graças a Deus, o Governador Coronel Marcos Rocha já sinalizou, junto com a Assembleia Legislativa, que vai haver mudanças significativas para vocês e é isso que a gente pede: um pouquinho de paciência, porque está sendo trabalhado, em relação ao realinhamento salarial, porque eu sei que quem faz a parte técnica, na ponta, são vocês. Obrigada.

Cumprimentar o Marco, Secretário Sedam, ele sabe que eu sou braba! Eu o encontrei ontem, lá em Espigão. Eu falei: "Rapaz, eu não aprovo mais R\$ 1,00 para a Sedam se for fiscalizar o homem e a mulher do campo, porque o povo precisa trabalhar!" Mas, ele me falou: "Não, deputada, pode deixar que a gente vai olhar com muito carinho!". Porque nós sabemos que não dá, gente!

As pessoas foram convidadas para essa terra, Marco! E eu falo isso com muita dor no coração. O povo brasileiro, o rondoniense, veio para cá convidado; e, muitas vezes, foi o próprio Incra quem o assentou. Muitas vezes foi o próprio governo que entregou maquinário, que abriu estrada e hoje, infelizmente, a maioria dessas pessoas estão com cabelo branco, sem cabelo e infelizmente sofrendo todos os dias com a mão calejada e não têm o documento da terra, isso é uma vergonha.

É por isso que nós, que somos agentes públicos, que estamos hoje com o poder da caneta, que o povo deu o voto como representação, não podemos fugir da luta e temos que dar dignidade para as pessoas entregando o Título definitivo.

Então, peço encarecidamente da Sedam, da Sepat, da Seagri que nós possamos trabalhar com verdade. E também, lá no governo federal, para que as áreas que são hoje ainda do governo federal, sejam repassadas para o Estado e o Estado entregar o Título definitivo.

E aqui eu vou fazer um parâmetro, quando é certo, é certo, quando não é certo, eu critico. Vocês sabem disso, mas o Governador Coronel Marcos Rocha está realmente, junto com a Sepat, fazendo várias regularizações fundiárias, porque o Incra não tem servidor e está sendo feito o "geo" pela Sepat. Em áreas que estão sendo livres, estão sendo entregados Títulos definitivos, sim. E automaticamente está

sendo feito um trabalho lá no MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) em Brasília, para que várias áreas sejam repassadas já para o Estado, porque de fato já é do Estado, mas de documento não é.

E com essa legislação, saindo o decreto, muitas áreas vão receber Título definitivo. Então é um trabalho silencioso que está acontecendo, mas está acontecendo e, se Deus quiser, logo, logo aqui na região vai acontecer, não é, Secretário? Você sabe que eu cobro.

Natã. Pensa em um vereador, gente boa. É muito importante a presença da vereança. Eu sei que vocês são o primeiro contato da população e, muitas vezes, a cobrança é imensa. E parabenizar a todos os vereadores, porque se hoje a Assembleia Legislativa está aqui, é porque automaticamente os vereadores abriram a porta, o prefeito abriu a porta da cidade e está nos recebendo muito bem. Muito obrigada e que você possa levar o meu abraço a todos os vereadores e contar com o nosso mandato aqui para o município.

Secretário Luiz Paulo, vai ter Rondônia Rural Show daqui uns dias. Dizer que os números são maravilhosos em relação ao desenvolvimento do Estado, como a questão do tambaqui, da soja, e a gente precisa da regularização fundiária para esses números aumentarem ainda mais.

Mas, a sua presença e do Marco Antonio é um avanço muito importante para o Estado. Porque aqui não é o Luiz Paulo e nem o Marco Antônio, mas é o Governador Coronel Marcos Rocha. Se vocês estão aqui é a mando dele, é para representar ele e já é a sinalização que ele está junto com gente nessa luta para entregar os Títulos definitivos para as pessoas, fazer regularização fundiária, aprovar o zoneamento que é tão importante para o Estado de Rondônia.

Mas o Nildinei falou uma coisa que eu concordo plenamente com você. Não dá para aceitar de cima para baixo. E me deixou triste, doutora. A senhora foi brilhante na fala, mas me deixou triste ver nos dados ali o aumento para Guajará-Mirim.

Eu sou lá da região de Guajará-Mirim e Nova Mamoré. E lá é a demonstração que extrativismo, que reserva de 93% não serve de nada. Não ajuda em nada os produtores. Lá é o exemplo claro, nós temos a prova dentro do Estado. Lá, um quarto da minha população sobrevive com R\$ 500,00. E infelizmente, o Marco Antonio sabe, final de semana agora, eu estive nas aldeias e descendo toda a região lá do Pacaás Novos. As pessoas que moram dentro das reservas não tinham o que comer, precisando encarecidamente da assistência das Seas para entregar a cesta básica.

Sabe o que os indígenas da minha região pedem? Trator, roçadeira, plantio de café, plantio de cacau, porque as pessoas querem produzir nesse Estado. E não importa a cor, não importa a raça, não importa se é povos originários, não importa se está aqui em Alta Floresta D'Oeste, todo mundo quer produzir.

Eu achei brilhante o teu trabalho, mas me deixa triste saber, porque nós não aguentamos mais. Nós temos 93% de reserva lá em Guajará-Mirim e o povo está passando fome e desesperado querendo desenvolvimento. Agora que a gente está com umas fazendas plantando soja, o produtor plantando café, que o povo está dando um suspiro.

E o Estado de Rondônia é agronegócio, é fortalecimento, é café, é cacau, é isso que vai mudar a vida das pessoas. E preservação, quem faz é o produtor. Quando ele está lá cuidando da área, quando ele está cuidando da nascente para ele poder fazer irrigação. Quem faz preservação é ele.

Então a gente, e eu falo muito bem isso, com muita clareza, Presidente, se fala muito, "Ah, mas o governo federal..." Primeiro lugar, para mim tinha que ser mudado urgente, tinha que ser, infelizmente nós estamos aí com esse governo, tinha que ser o Bolsonaro. Infelizmente hoje. Ontem nós tivemos a maior vergonha, saber que um presidente, eternamente presidente, na UTI ser oficiado. O Oficial de Justiça ir lá, o homem está em desespero, em uma situação de saúde. Isso não se faz com ninguém, quanto mais com o nosso eterno presidente.

E dizer mais, a gente quer mudar isso. Logo, logo tem eleição aí, eu estou falando de Comissão, mas eu tenho que falar a verdade aqui, que a gente possa ter alguém de direita que realmente represente o homem e a mulher do campo; que esteja em contato com as pessoas, porque a gente não vai sofrer o que a gente está sofrendo a nível federal.

E, automaticamente, um governo que tem, federal, que tem contato com as pessoas, jamais vai se curvar de mudar a legislação. Hoje, federal para melhorar a vida do rondoniense, porque só assim a gente consegue desenvolvimento dentro desse Estado.

E dizer, agradecer a todos. O Deputado Ismael sabe que eu sou, assim, a gente sabe a luta que a gente tem, não é fácil, de zoneamento, reserva, mas a gente continua. E digo para cada um de vocês: não percam a esperança, porque tem homens e mulheres na Assembleia que não vão se curvar nada, porque a gente representa vocês, porque a gente não está aqui para fazer A ou B de política, mas realmente porque a gente vem da roça, a gente vem do campo, a gente sabe pelo que as pessoas passam, a gente sabe as necessidades que as pessoas passam.

E junto com o nosso Governador Coronel Marcos Rocha, eu acredito muito, Luiz Paulo, que nós possamos chamar o Incra e entregar os Títulos para as pessoas e dar dignidade para esse povo, porque é Deus, pátria, família e liberdade. Muito obrigada.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Quando eu crescer, eu quero ser igual a ela.

Meus amigos, nós caminhamos aqui para o encerramento e eu carinhosamente agradeço a fala das autoridades aqui. O Deputado Lucas, como eu disse, é extremamente cirúrgico; a Deputada Taíssa, que é advogada também, e isso permite um conhecimento do que diz a legislação, e em determinados momentos você precisa se aprofundar em alguns temas e a formação lhe permite isso.

Nós fazemos algumas falas que são de fato do nosso coração e outras que nós já estamos limitados à legislação. A gente precisa ter muita responsabilidade nesse momento, porque, como disse aqui o Deputado Lucas, a gente não vem para vender sonho para ninguém. Nós temos uma necessidade: a discussão de uma nova aproximação do Zoneamento Socioecológico e Econômico de Rondônia é uma necessidade.

Deputado, nós temos dificuldade? Nós temos dificuldade. Se fosse fácil, estava aprovada a cada 10 anos, como é o decreto federal, a cada dez anos foi a revisão. Nós estamos há 25 anos sem fazer a revisão. Significa que não é fácil, não é um enfrentamento tranquilo. Agora nós precisamos fazer e nós estamos na condição daqueles legitimamente representando a sociedade rondoniense e temos a obrigação de fazer, de trazer essa discussão.

Às vezes nós viemos para uma audiência como essa e eu tenho certeza que a gente não consegue agradar todo mundo. Alguns ficam insatisfeitos. E é normal eu enfrentar esse momento aqui de ter alegrias, mas também de ter dissabores. A gente precisa estar pronto para isso. E com muita responsabilidade, é o que eu disse, esse é um trabalho que é preciso ser feito com responsabilidade, com muita transparência.

Quero destacar a apresentação da Doutora Débora, até para não ficar, Deputada Dr^a Taíssa, nenhum mal entendido. O que a Débora trouxe para nós aqui hoje é um estudo realizado em 2015, que foi palco e tema da ousadia do Governador Coronel Marcos Rocha, em 2020, de apresentar à Assembleia, então, aqueles estudos feitos em 2015. Talvez haja hoje uma necessidade de uma aprimoração e essa é uma discussão que a gente tem com o governo, com a nossa Secretaria de Desenvolvimento Ambiental.

E eu disse isso aqui hoje, nós precisamos aproximar isso o mais próximo possível de contemplar a todos. Então, penso que a gente tem essa possibilidade aí, só para trazer luz e esclarecimento nesse sentido.

No mais, eu vou fazer também como fiz em Cerejeiras, eu acho que o mais importante, do meu ponto de vista, é a fala dos senhores, é a participação dos senhores. "Ah, eu vim e não falei nada", mas você foi muito importante para esse momento aqui, seu nome está na lista de presença, você foi importante. Então, eu quero agradecer você que, de forma anônima, chegou, ocupou seu espaço, sentou e participou.

Nós estamos indo aqui para quase três horas de reunião, em um ambiente que já está esquentando um pouco mais, então você foi muito importante. Eu agradeço a sua participação. Aqueles que fizeram o uso da fala, extremamente importante;

as autoridades que aqui estão, em especial representando o nosso Governador, já mostra a sensibilidade do governador.

Eu sou obrigado a retroagir a 2020 quando, de maneira ousada, o Governador apresenta a proposta à Assembleia Legislativa. Então, já conhecendo a sua ousadia, eu digo: "Olha, eu não quero ter dúvidas que nós teremos de novo essa mensagem posta na Assembleia, que nós vamos discutir isso no âmbito da Assembleia."

Agradeço as entidades aqui que participam da Audiência, como a Aprosoja, a Faperon, a Associação Comercial aqui do Município de Alta Floresta D'Oeste, que nos recebeu. Muito obrigado, mais uma vez.

Os Prefeitos de Alto Alegre dos Parecis, Denair; Prefeito de Parecis, Marcondes de Carvalho; Vice-Prefeito de Alta Floresta, Robson Ugolini - transmita nosso abraço ao Prefeito Gio.

Agradeço a Assembleia Legislativa, na pessoa do Presidente, Deputado Alex Redano, que nos permite, eu disse lá no começo, toda essa logística.

Aos nossos servidores que trabalham de forma muito acentuada para que o nosso trabalho, o trabalho da Comissão, o trabalho dos deputados, consiga entregar para a sociedade o resultado, então, assim, a todos vocês. Eu gostaria de poder citar o nome de cada um, não conseguindo, para não cometer nenhum pecado nesse sentido, a todos vocês o meu abraço, o meu carinho e o reconhecimento pela forma com que vocês nos auxiliam na nossa lida e no nosso mandato do dia a dia.

Estou muito satisfeito com tudo que eu vi aqui. Vocês levam da Comissão, e penso que posso, Deputado Lucas, falar em nome da Comissão de Meio Ambiente. Vocês levam da

Comissão, quem mora aqui em Alta Floresta, Parecis, Santa Luzia, Alto Alegre, Novo Horizonte, toda essa região aqui e que está presente, Rolim de Moura, e que está presente aqui nesta Audiência, leva desta Comissão o comprometimento de fazer a defesa mais qualificada possível, de lutar com unhas e dentes para entregar à sociedade rondoniense uma resposta neste tema.

Eu tenho dito nas entrevistas e nas oportunidades que tenho. Nós debatemos diversos temas. Eu debato educação todo dia; nós temos questões como relativas à saúde - que é necessária e é urgente; mas o tema que nós trouxemos aqui para a Alta Floresta D'Oeste é, neste momento, o tema mais importante para o desenvolvimento deste Estado. Por isso, vocês levam comprometimento da Comissão de Meio Ambiente, de seguir lutando para entregar um resultado eficaz à nossa comunidade rondoniense.

Dito isso, invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, agradecemos a presença dos componentes da Mesa Diretiva e de todos que acompanharam esta ilustre solenidade. Declaro encerrada a presente Audiência Pública e desejo um excelente dia a todos. Muito obrigado.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 11 horas e 45 minutos)

(Sem revisão dos oradores)